

RELATÓRIO DE GESTÃO

BIÊNIO 2024 / 2026

ANPT

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES E DAS PROCURADORAS DO TRABALHO

EXPEDIENTE

Edição: Gustavo Rocha

Revisão: Adriana Augusta de Moura Souza,
Gustavo Rocha e Nicole Moreira

Assessoria Parlamentar: Malta Advogados

Assessoria Jurídica: Neilane de Sousa Marques Martins

Projeto gráfico e diagramação: Júlio Leitão

Contato:

SBS, Qd. 02, Bl. "S", Salas 1103 a 1108,
11º andar - CEP: 70070-904 – Brasília-DF

Tel.: (61) 3325-7570

Contato pelo e-mail da imprensa:

imprensa@anpt.org.br

Site: www.anpt.org.br



DIRETORIA • **Biênio 2024/2026**

Adriana Augusta de Moura Souza
Presidenta

Marcelo Crisanto Souto Maior
Vice-Presidente

Marlise Souza Fontoura
Secretária-Geral

Rômulo Barreto de Almeida
Diretor Financeiro

Juliana de Oliveira Gois
Diretora de Relações Institucionais

Allan de Miranda Bruno
Diretor de Assuntos Jurídicos

Tiago Ranieri de Oliveira
Diretor de Assuntos Legislativos

Lorena Brandão Landim Camarotti
Diretora Social e de Eventos

Geny Helena Fernandes Barroso Marques
Diretora de Comunicação

Maria de Fátima Rosa Lourenço
Diretora de Assuntos de Aposentados e Aposentadas

Cláudia Honório
Diretora Cultural e de Assuntos Científicos

Jaime Fiomaro dos Santos Neto
Diretor de Assuntos Corporativos e de Convênios

RELATÓRIO DE GESTÃO

BIÊNIO 2024 / 2026

2024

ANPT

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES E DAS PROCURADORAS DO TRABALHO

MAIO**7/05**

A Chapa União e Trabalho, liderada pela procuradora regional do Trabalho Adriana Augusta de Moura Souza, e pelo procurador do Trabalho Marcelo Crisanto Souto Maior, foi eleita para dirigir a Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT) no biênio 2024/2026, com 703 (setecentos e três) votos válidos, que correspondem a 98,4% dos depositados.

15/05

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, participaram da reunião do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), na qual o procurador-geral de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais, Jarbas Soares Júnior, foi empossado como presidente do órgão. Ele sucede o procurador-geral de Justiça do Pará, César Mattar Júnior.

21/05

A subprocuradora-geral do Trabalho Sandra Lia Simón, associada da ANPT, foi uma das três personalidades agraciadas com o II Prêmio Engenho Mulher 2024. A presidenta da associação, Adriana Augusta de Moura Souza, participou do evento, que visa a valorizar a equidade de gênero, o empoderamento feminino e a contribuição da mulher à sociedade que, profissionalmente, transforma o mundo ao seu redor.

Além de Sandra Lia, receberam o prêmio a presidenta fundadora do Instituto Reciclando Sons, a maestrina Rejane Pacheco, e a empreendedora e dirigente da Creche Guerreiros do Amanhã, Carmélia Teixeira.

CHAPA UNIÃO E TRABALHO45 anos
ANPT

21/05

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, participaram da abertura do “Seminário Internacional – Inteligência Artificial, Democracia e Eleições”, promovido no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O evento reuniu especialistas, formuladores de políticas públicas e acadêmicos para discutir a dimensão política, social e ética do uso de Inteligência Artificial (IA) em diferentes contextos. Foram debatidas ainda diretrizes que orientem o uso da IA nas eleições e estratégias para o enfrentamento do fenômeno da desinformação e das fake news no campo eleitoral.

23/05

A presidenta, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, estiveram reunidos com a presidenta da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Luciana Conforti, e o vice-presidente, Valter Pugliesi. O encontro teve como objetivo o alinhamento das entidades de classe para atuações conjuntas em matérias de interesse das carreiras, como a questão da competência da Justiça do Trabalho, o andamento de Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional, entre outras pautas.

24/05

A diretora de comunicação, Helena Fernandes Barroso Marques, participou da solenidade de lançamento da campanha “Violência contra a mulher não é normal. Abra os olhos: Sua atitude pode mudar o final”. Idealizada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), com o apoio do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a ação teve o objetivo de ampliar a conscientização da sociedade sobre a violência contra as mulheres. A iniciativa é resultado de parceria da Comissão de Prevenção e Combate ao Femicídio do MPDFT com a banda de rap Tribo da Periferia, que compôs música inédita e lançou o videoclipe no evento.



28/05

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovaram, em Resolução Conjunta, ato normativo que regulamenta a destinação de bens e recursos decorrentes de decisões judiciais e instrumentos negociais de autocomposição em tutela coletiva. A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, acompanharam ambas as sessões presencialmente.

A Resolução trouxe ainda a sugestão de repasse de recursos, decorrentes de condenações judiciais em ações coletivas, para a Defesa Civil do Rio Grande do Sul que se encontrava em estado de calamidade pública desde o começo de maio, por conta das fortes chuvas que atingiram o estado.

29/05

A presidenta, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, estiveram reunidos com o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Ubiratan Cazetta, e a vice-presidente, Luciana Loureiro. Na ocasião, o grupo conversou sobre possíveis atuações conjuntas em matérias de interesse das carreiras. As duas associações de classe possuem um longo histórico de trabalho em parceria, o que foi reafirmado durante o encontro.

Conselho Nacional do Ministério Público e Conselho Nacional de Justiça regulamentam destinações de recursos recolhidos em ações coletivas

45 anos
ANPT

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES E DAS PROCURADORAS DO TRABALHO



JUNHO

05/06

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, estiveram na Câmara dos Deputados, ocasião em que puderam ampliar a interlocução com diversos parlamentares, com objetivo de estreitar laços e debater sobre o andamento de alguns projetos em tramitação na Casa Legislativa e que são de interesse direto dos membros e das membras do Ministério Público do Trabalho (MPT). A diretoria esteve reunida com as deputadas Érika Kokay (PT-DF) e Benedita da Silva (PT-RJ) e com os deputados Orlando Silva (PcdoB-SP), Patrus Ananias (PT-MG) e Lucas Barreto (PSD/AP).



5/06

O juiz federal Caio Marinho tomou posse como presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe). O magistrado assumiu a função no lugar de Nelson Alves, que conduziu a associação no biênio 2022/2024. A presidenta da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, participaram da solenidade, que reuniu autoridades dos Três Poderes.



7/06

O procurador do Trabalho José Carlos Souza Azevedo participou do VIII Encontro Sindical, promovido pela Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat), em Belém (PA). O associado da ANPT representou a entidade no evento, ocasião em que se manifestou no painel "O direito sindical e o ataque aos direitos sociais".



10/06

Integrantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) estiveram reunidos na sede da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT). Entre os itens da pauta do encontro, o grupo definiu o novo coordenador, o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Frederico Mendes Júnior. Além da eleição, durante a reunião foram debatidos alguns temas importantes para as carreiras, como a atuação no Congresso Nacional em temas convergentes, a Valorização por Tempo de Magistratura e MP (VTM), o Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e a paridade entre membras e membros ativos e aposentados. O grupo conversou também sobre o andamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2024, de autoria do deputado federal Cleber Verde (MDB/MA), conhecida como PEC Social.



12/06

A presidenta, Adriana Augusta de Moura Souza, participou das atividades do segundo Congresso Conamp Mulher, promovido pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp). O evento teve como objetivo ampliar o diálogo entre os(as) membros(as) do Ministério Público brasileiro, e representantes de diversos outros setores, de maneira a contribuir com ações institucionais que envolvem o tema da política de gênero.



13/06

Com o apoio da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), foi promovida uma roda de conversa sobre “O papel das instituições jurídicas na promoção dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+”, na sede da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (ANAFE), instituição promotora do evento. Além da ANPT, a ação ocorreu com o apoio da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), da Associação Nacional dos Procuradores Municipais (ANPM), da Associação Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos (ANADEP), da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais (ANADEF), das Advogadas e Advogados Públicos para a Democracia (APD), da Associação Nacional dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE) e da Defensoria Pública da União (DPU).

A presidência acompanhou também, juntamente com o procurador regional do Trabalho Roberto Marcondes, membro da comissão de acompanhamento legislativo da Secretaria de Assuntos Legislativos do MPT, o lançamento da Frente Parlamentar pela Licença Paternidade, presidida pela deputada Federal Tabata Amaral (PSB-SP), que visa a ampliar o direito trabalhista para os pais.

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA COMUNIDADE LGBTQIAPN+

13 de junho de 2024
 QUINTA-FEIRA • 8h30
 Sede da Anafe - Brasília/DF

REALIZAÇÃO:



APOIO:



13/06

O Supremo Tribunal Federal (STF) deferiu o pedido da ANPT para ingressar como *amicus curiae* na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 81 (ADO 81) proposta pela Procuradoria-Geral da República, contra a inércia do Congresso Nacional em tornar efetivo o art. 7º, I, da Constituição Federal, na parte em que determina a edição de lei complementar federal para disciplinar o direito social dos trabalhadores urbanos e rurais à proteção da relação de emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa.

18/06

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, acompanharam a 10ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Entre os itens da pauta, alguns procedimentos de controle administrativo e pedidos de providências de interesse para a entidade e, também, para o Ministério Público do Trabalho, como o PP nº 1.00293/2024-19. O PP foi requerido pela Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares e Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares, com a alegação de que os conselheiros tutelares estão sendo demandados a atuarem na função de auditores fiscais do trabalho, o que pode impactar a atuação investigativa nos temas de infância e adolescência.



18/06

O vice-presidente ANPT, Marcelo Crisanto Souto Maior, acompanhou os trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2011, de autoria do deputado Dilceu Sperafico (PP-PR). A proposta prevê a autorização do trabalho sob o regime de tempo parcial a partir dos 14 anos, reduzindo a idade mínima para o trabalho, que atualmente é de 16 anos, como previsto na Constituição Federal.

Em reunião com diversos parlamentares, inclusive com o relator da matéria, o vice-presidente sugeriu que a proposta não fosse votada, ao tempo em que também apresentou diversos argumentos contrários à PEC, buscando consolidar um posicionamento contra a matéria. Nesse sentido, ele destacou que crianças e adolescentes são pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e, por isso, precisam ser protegidos de maneira qualificada, com acesso aos principais mecanismos que colaborem para o seu crescimento saudável e responsável.





19/06

Foi realizada a solenidade de ratificação da posse da diretoria da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), para o biênio 2024/2026. A procuradora do Trabalho Adriana Augusta de Moura Souza e o procurador Marcelo Crisanto Souto Maior, assumiram os cargos de presidenta e vice-presidente, respectivamente.

NOTA TÉCNICA

ANPT ressalta **inconstitucionalidade e inconvenionalidade** da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Nº 18/2011, que altera a redação contida no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República, possibilitando o **trabalho sob o regime de tempo parcial a partir dos 14 anos**.

45 anos
ANPT
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES E DAS PROCURADORAS DO TRABALHO

24/06

A ANPT divulgou Nota Técnica sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2011, que altera a redação contida no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República, possibilitando o trabalho sob o regime de tempo parcial a partir dos 14 anos. No documento, a entidade ressaltava a inconstitucionalidade e a inconvenionalidade da proposição, além de pedir a total rejeição da proposta.

26/06

A presidenta, Adriana Augusta de Moura Souza, o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, e o diretor de assuntos legislativos da entidade, Tiago Ranieri de Oliveira, estiveram reunidos com representantes da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério Público do Trabalho, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho e da fundação Abrinq. O foco do encontro foi debater estratégias de atuação conjunta contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2011, de autoria do deputado Dilceu Sperafico (PP-PR) que prevê a autorização do trabalho sob o regime de tempo parcial a partir dos 14 anos, reduzindo a idade mínima para o trabalho, que atualmente é de 16 anos, como previsto na Constituição Federal.

No mesmo dia, a diretoria esteve reunida também com as assessorias legislativas da entidade e do MPT, para alinhar, de forma estratégica e coordenada, a atuação nas pautas prioritárias no Congresso Nacional, como, por exemplo, a discussão sobre a competência da Justiça do Trabalho.

28/06

A ANPT divulgou nota pública diante do caso de desrespeito à Lei 13.363/16, também conhecida como Lei Julia Matos, que garante, entre outras prerrogativas, direitos a advogadas grávidas e/ou mães, de ter preferência na ordem das sustentações orais em tribunais, ocorrido dia 27/06, durante a sessão do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª região. A Associação reafirmou a necessidade de observância, em todos os ambientes de trabalho e nas mais variadas instâncias, dos direitos assegurados às mulheres, especialmente gestantes. Leia a nota.



NOTA PÚBLICA

ANPT reafirma a necessidade de observância, em todos os ambientes de trabalho e nas mais variadas instâncias, dos direitos assegurados às mulheres, especialmente gestantes.

JULHO

3/07

Foi realizada a 6ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPJG), da qual a presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, participaram como convidados. O Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesão no Trânsito, a extrajudicialização de divórcios e inventários, a criação de Juizados do Torcedor, estavam entre os temas deliberados durante o encontro. A presença da associação possibilita a participação nos debates, em sinergia com a PGT, promovendo o aprimoramento do MPT e o intercâmbio de experiências para a melhor prestação de serviços à sociedade”, ressaltou a presidenta.

3/07

A presidenta, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, receberam a visita da diretora executiva do Programa de Saúde e Assistência Social (Plan-Assiste) do Ministério Público da União, Sônia Márcia Fernandes Amaral, e da diretora executiva adjunta, Sandra Cristina de Araújo. Durante a reunião, foram debatidas diversas questões de interesse dos usuários e das usuárias do plano, como a possibilidade de inclusão de pais, dependentes na declaração do imposto de renda.



10/07

O vice-presidente da ANPT, Marcelo Crisanto Souto Maior, participou da 327ª Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). A manifestação da associação teve como tema central a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2011, que altera a redação contida no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República, possibilitando o trabalho sob o regime de tempo parcial a partir dos 14 anos.

**10/07**

A presidenta ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, participaram de reunião com representantes de outras entidades de classe da magistratura e do Ministério Público. O encontro, que aconteceu na sede da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), teve como objetivo discutir estratégias de atuação em temas de interesse comum dos associados e das associadas das categorias, da ativa e aposentado(as). Entre os itens da pauta da reunião, assuntos como o reajuste de subsídios, a necessidade de recomposição orçamentária, o pagamento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS), da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ) e da Licença Compensatória (LC).

**11/07**

O vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, participou da sessão solene em comemoração aos 40 anos de fundação da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), realizada no plenário do Senado Federal. A homenagem foi requerida pelo presidente da Casa Legislativa, Rodrigo Pacheco, que conduziu a cerimônia.



**16/07**

Foi realizada reunião híbrida entre a diretoria e os associados aposentados e as associadas aposentadas. Na ocasião, foi instituída a Comissão de Paridade da ANPT, que atua nas matérias de interesse direto deste grupo, nas mais variadas esferas. Na pauta estavam questões concernentes à Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), ATS (Adicional de Tempo de Serviço), quintos (VPNI), aplicação do Estatuto do Idoso e prospecção de medidas administrativas e judiciais diversas para garantir a paridade entre membros(as) ativos(as) e aposentados(as), entre outros.

**16/07**

A diretoria esteve reunida com representantes do grupo de trabalho intitulado “Reversões”, do Ministério Público do Trabalho. O tema central do encontro foi a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 944, em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF), que trata da destinação de recursos de condenações em Ações Civis Públicas (ACPs), objeto de ação ajuizada na Suprema Corte pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). A ANPT atua como *amicus curiae*.

17/07

A presidenta, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, receberam a visita da coordenadora executiva da Associação Nacional dos Analistas Jurídicos do MPU (Anjur), Alice Maria da Silva Nascimento. A entidade representa os servidores(as) efetivos(as) investidos(as) no cargo de analista do Ministério Público da União, na área do Direito. Na pauta, a estruturação de gabinetes de membros e membras, com efetiva lotação de, no mínimo, um(a) analista de direito em cada Ofício, nomeação de servidores e servidoras aprovados e aprovadas no 10º concurso, disponibilização de vagas de analista do MPU/Direito no edital referente ao 11º concurso da carreira, a repercussão da contratação de residentes jurídicos e estagiários(as) de pós-graduação e, ainda, a celebração de convênio com a Escola da ANPT.

**29/07**

Integrantes da diretoria da Escola da ANPT estiveram reunidos para definir os próximos passos da instituição, assim como avaliar o desempenho dos cursos lançados à época. Estiveram presentes a Diretora-geral da Escola e presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, o diretor pedagógico, Patrick Maia Merísio, e o diretor financeiro, Rômulo Barreto de Almeida.



AGOSTO

6/08

O diretor de assuntos legislativos da ANPT, Tiago Ranieri de Oliveira, participou do XXI Seminário LGB-TQIA+ do Congresso Nacional. O evento teve como tema central de discussões, “Somos o que somos! 25 anos da proibição da conversão sexual no Brasil”. Na ocasião, foi entregue aos parlamentares nota técnica conjunta com a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), de apoio ao Projeto de Lei (PL) nº 2046/2024, que dispõe sobre o respeito à diversidade sexual e de gênero, de autoria da deputada Daiana Santos (PcdoB/RS).



7/08

Foi realizada uma live de lançamento do “Guia de consentimento como hipótese legal de tratamento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)”. O documento, elaborado no pós-doutorado da professora Selma Carloto, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, oferece uma exposição aprofundada e clara sobre o consentimento como base legal para o tratamento de dados pessoais. A Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT) é uma das instituições apoiadoras do documento.

O Guia caracteriza o consentimento como uma manifestação livre, informada e inequívoca. Além da base teórica, ele ilustra com exemplos como esse assunto deve ser corretamente obtido, documentado e aplicado.

• LIVE

07
AGOSTO
10 h

Lançamento

Guia de consentimento como hipótese legal de tratamento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

• Transmissão pelo canal da AMB no YouTube

7/08

O vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, e o diretor de assuntos legislativos, Tiago Ranieri, estiveram reunidos com integrantes da assessoria legislativa da entidade, para discutir o planejamento estratégico a médio e longo prazos, no Congresso Nacional. De acordo com ele, um dos principais objetivos seria o de buscar o protagonismo da associação no parlamento, em temas de interesse direto dos(as) associados(as).

**7/08**

A diretora de comunicação da ANPT, Helena Fernandes Barroso Marques, participou da solenidade de abertura da 2ª Semana da Democracia. O evento foi promovido pela Advocacia-Geral da União (AGU) e realizado na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

**8/08**

A presidenta participou, no plenário do Senado Federal, do lançamento do guia eleitoral para candidaturas femininas e negras, realizado durante a sessão especial da Casa, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, comemorados no dia 25 de julho.



**13/08**

Foi realizada a solenidade de recondução do conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o promotor de Justiça do Ministério Público da Bahia João Paulo Schoucair. A cerimônia ocorreu durante a abertura da 9ª Sessão Ordinária de 2024, comandada pelo presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luis Roberto Barroso. A presidenta da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, participaram do evento.

**13/08**

Integrantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) estiveram reunidos na sede da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), para debater e alinhar estratégias de atuação em temas convergentes e com o foco na valorização das carreiras. A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, participaram da reunião.

13/08

O Plenário do Senado Federal aprovou, com a supressão do parágrafo 5º, do artigo 29, o Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) nº 06/2016, ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 135/2010, de autoria do então Senador Marcelo Crivella (PRB/RJ), que visa a instituir o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras. Após intensa articulação da ANPT, por meio do diretor de assuntos legislativos, Tiago Ranieri, a Casa Legislativa retirou a referida parte, que excluía os profissionais que atuam em empresas de vigilância e em atividades insalubres e perigosas da base de cálculo para a contratação de aprendizes e pessoas com deficiência.

**15/08**

A presidenta participou da 4ª reunião ordinária da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae). O encontro aconteceu de forma híbrida e contou também com a presença do coordenador nacional da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conaete) do Ministério Público do Trabalho (MPT), Luciano de Aragão Santos, e a vice-coordenadora nacional, Tatiana Bivar Simonetti.

**20/08**

O diretor de assuntos legislativos ANPT, Tiago Ranieri de Oliveira, participou da sessão solene da Câmara dos Deputados em homenagem aos 80 anos da Justiça do Trabalho em Sorocaba (SP). O deputado Vitor Lippi (PSDB-SP) foi o autor da proposição do evento. O Ministério Público do Trabalho (MPT) possui uma unidade da instituição no município. Tem atuação no local, a procuradora do Trabalho Ana Carolina Marinelli Martins e os procuradores Edson Beas Rodrigues Junior e Gustavo Rizzo Ricardo.



21/08



Foram realizadas duas reuniões de alinhamento da atuação da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT) para os meses seguintes: uma entre os(as) integrantes da diretoria e outra com o Colégio de Delegados e Delegadas da associação. Os encontros aconteceram virtualmente. Na reunião de diretoria, na pauta central, foram definidos detalhes para a realização do 34º Encontro Nacional de Procuradores e Procuradoras do Trabalho (ENPT), que aconteceu entre os dias 21 e 24 de novembro, assim como foram abordadas tratativas para o 28º Congresso Nacional de Procuradores e Procuradoras do Trabalho (CNPT)

21/08



A presidente da participou, no Palácio do Planalto, da solenidade de assinatura do Pacto pela Transformação Ecológica entre os Três Poderes da República. O evento contou com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, dos presidentes do Congresso, Rodrigo Pacheco, da Câmara, Arthur Lira, e do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso. Com a assinatura, os Poderes deverão atuar de forma harmoniosa e integrada a partir de medidas no âmbito de suas competências, em torno da agenda ambiental e climática para definir um novo rumo de desenvolvimento econômico para o país.

21/08

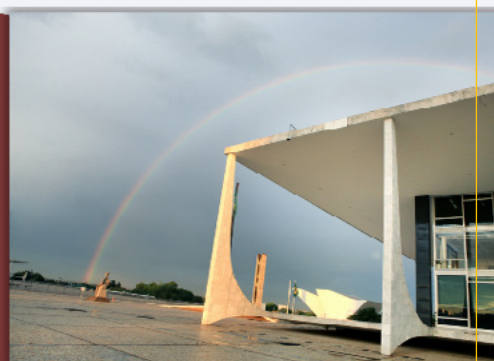
O Tribunal Superior do Trabalho (TST) realizou sessão solene de posse do ministro Fabrício Gonçalves. Ele já havia sido empossado administrativamente em 2 de julho de 2024 e, desde o início daquele semestre, atua na Sexta Turma e na Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1). A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, e o diretor de assuntos legislativos da entidade, Tiago Ranieri de Oliveira, participaram do evento

**22/08**

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que valores relativos a condenações em ações civis públicas trabalhistas por danos morais coletivos devem ser direcionados ao Fundo dos Direitos Difusos (FDD), ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e/ou para instituições, entidades e órgãos públicos previstos na resolução conjunta do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT) entrou como *amicus curiae* no processo.

A ADPF é objeto de ação ajuizada na Suprema Corte pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Para a instituição, de acordo com o artigo 13 da Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347/1985), a indenização pelo dano causado deveria ser revertida a um fundo gerido por um conselho federal ou estadual que decidirá a forma de utilização dos recursos, identificando o FDDD ou o FAT como destinatários únicos destas condenações pecuniárias.

Valores de condenações em ações civis trabalhistas precisam observar regulamentação conjunta do CNJ e do CNMP ou devem ser direcionadas a fundos públicos

Foto: Felipe Sampaio/SCJ-STF



23/08

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) promoveu audiência pública sobre o direito de oposição ao pagamento da contribuição assistencial. A iniciativa buscou reunir argumentos para que sejam estabelecidos critérios claros e objetivos para que quem não é sindicalizado possa exercer esse direito de forma simples e efetiva. O diretor de assuntos legislativos da ANPT, Tiago Ranieri de Oliveira, participou como ouvinte no evento.



27/08

A presidenta, Adriana Augusta de Moura Souza, participou, entre os dias 22 e 24 de agosto, do III Fórum “Desafios atuais para o poder judiciário e o Ministério Público”. O evento, que contou com o apoio da ANPT, foi promovido pela OEA, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) e pela Escola Judicial do Paraná (Ejud-PR), em Foz do Iguaçu.

Além de acompanhar a programação do Fórum, Adriana Augusta também foi palestrante, ocasião em que participou do painel “Os novos desafios do direito do trabalho nas Américas”, abordando o tema “Empreendedorismo x trabalho assalariado: estigmatização do emprego e a nova morfologia do trabalho”.



28/08

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, esteve reunida com representantes de entidades sindicais, na sede da associação, para debater o futuro do trabalho no Brasil. O grupo conversou também sobre a possibilidade de uma parceria com a Escola da ANPT no aprimoramento de dirigentes sindicais, filiados(as), advogados(as) e profissionais que atuem na área. A reunião surgiu no contexto da crescente onda de desvalorização e flexibilização do trabalho humano assim como da segurança dos(as) trabalhadores(as).

28/08

O diretor de assuntos legislativos, Tiago Ranieri, participou de reunião na Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, para tratar do Projeto de Lei (PL) 5760/2023, que dispõe sobre a assistência às mulheres vítimas do trabalho escravo ou análogo à escravidão, resgatadas pelas equipes compostas por órgãos do governo e parceiros oficiais. Apresentada pelo deputado Reimont (PT/RJ), a proposta considera em especial as causas estruturais do trabalho análogo a de escravo no país, bem como questões de gênero, raça, sociais e culturais.

**29/08**

O diretor de assuntos legislativos da ANPT participou de três audiências públicas no Congresso Nacional. A primeira, na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, sobre o combate ao trabalho análogo à escravidão de pessoas com deficiência no Brasil. A segunda, na Comissão de Trabalho, tratou do projeto que inclui o trabalho voluntário entre critérios de desempate em concursos (PL 3044/21) e a terceira, na Comissão de Direitos Humanos do Senado, discutiu dados estatísticos relacionados à violência contra as lésbicas.

**30/08**

A diretora de comunicação, Helena Fernandes, participou das atividades do seminário internacional comemorativo dos 5 anos do Pacto Nacional pela Primeira Infância, realizado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), na Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) e no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O evento teve entre seus objetivos o de apresentar avanços em direção ao cumprimento da regra da prioridade absoluta determinada na Constituição Federal de 1988 (CF 88), no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Marco Legal da Primeira Infância e renovar o compromisso para o próximo quinquênio, considerando os desafios que se apresentam.



SETEMBRO

3/09

A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados debateu a extinção gradativa das contribuições previdenciárias de aposentados e pensionistas. O debate teve como foco, em especial, duas propostas de emenda à Constituição (PECs) que tramitam na Casa: A PEC 6/24 e a PEC 555/06. O diretor de assuntos legislativos da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), Tiago Ranieri, participou da audiência pública, solicitada pela deputada Carla Ayres (PT-SC).



5/09

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, participou da solenidade de posse dos novos conselheiros do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (CSMPT). Foram empossados os subprocuradores-gerais do Trabalho Luericy Lino Lopes e Sebastião Vieira Caixeta. Durante a solenidade, foi realizada também a renovação dos mandatos dos(as) atuais conselheiros(as), as subprocuradores-gerais do Trabalho Cristina Nobre e Ivana Mendonça e o subprocurador-geral Cristiano Paixão.



5/09

A presidenta da ANPT esteve reunida com os futuros dirigentes do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministros Aloysio Corrêa da Veiga, Maurício Godinho Delgado e Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, respectivamente presidente, vice-presidente e corregedor-geral da Justiça do Trabalho. A posse foi realizada em 10 de outubro de 2024. As audiências tiveram como objetivo apresentar a associação e sua atuação nos diversos fóruns institucionais e sua missão de defender o Direito do Trabalho e as instituições que operam em sua salvaguarda.



11/09

A presidenta, Adriana Augusta de Moura Souza, e o diretor de assuntos legislativos da entidade, Tiago Ranieri de Oliveira, participaram da solenidade que marcou a formação de 15 mulheres transmoradoras do Distrito Federal, participantes do projeto “Mais um sem dor”, que visa a proporcionar capacitação profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Coordenado pelo procurador, o projeto promove formação humana, qualificação profissional e encaminhamento para o mercado formal de trabalho. A ação conta com o apoio da Associação Mulheres Coralinas, que reúne 71 mulheres artesãs, ceramistas, bordadeiras, cozinheiras, professoras, garis e vocalizadoras de poemas da Cidade de Goiás, atuando na área dos saberes das mãos: gastronomia, bordado, modelagem de barro, palha e fibras do cerrado.

**17/09**

A presidenta, Adriana Augusta de Moura Souza, participou da 8ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), em Belo Horizonte (MG). O encontro aconteceu no Palácio da Liberdade, durante a Semana do Ministério Público de Minas Gerais.

**17/09**

A presidenta, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, estiveram reunidos com o então procurador-geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira. O encontro teve como objetivo reforçar os laços institucionais, assim como debater algumas questões referentes a Revista do MPT, editada pela associação.



**17/09**

A presidenta e o vice-presidente participaram da abertura do workshop “Atuação Estratégica na Atividade Judicial do MPT”, promovido pela Escola Superior do Ministério Público União (ESMPU). A capacitação debateu os instrumentos jurídico-processuais para colaborar na construção de uma jurisprudência socialmente adequada ao momento atual de transformações jurídicas no Direito do Trabalho, além de analisar as perspectivas da jurisprudência dos Tribunais Superiores para os próximos anos.

**17/09**

O Ministério Público do Trabalho (MPT) e nove centrais sindicais e o Fórum das Centrais Sindicais assinaram o Pacto Institucional para a Defesa da Democracia nas Relações de Trabalho. A presidenta, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, participaram do evento. O documento reafirma a união do MPT e das centrais sindicais contra o assédio eleitoral, reforça o combate à discriminação por orientação política, promove a defesa da democracia e busca assegurar o direito de trabalhadoras e trabalhadores à liberdade de escolha e expressão política.

18/09

A presidenta, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, estiveram reunidos com o novo ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Antônio Fabrício Gonçalves. A audiência teve como objetivo apresentar a ANPT e sua atuação nos diversos fóruns institucionais e sua missão de defender o Direito do Trabalho e as instituições que operam em sua salvaguarda.

**19/09**

Conscientizar a sociedade sobre as condições das pessoas com deficiência e fomentar o respeito pelos seus direitos e dignidade, esta é a meta do Reconecta, projeto desenvolvido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), que contou com o apoio da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT). O evento teve como tema central “Abrindo caminho para o amanhã”. A solenidade de abertura contou com a participação da presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza.

19/09

O diretor de assuntos legislativos, Tiago Ranieri de Oliveira, participou de audiência pública da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais da Câmara dos Deputados que debateu o Projeto de Lei 1958/21, em análise na comissão. A sessão foi promovida pelas deputadas Carol Dartora (PT/PR) e Célia Xakriabá (Psol/MG). O PL 1958 prevê reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.



24/09



O diretor de assuntos legislativos participou do seminário “Ativismos para a Luta Anticapacitista no Trabalho”. O evento, promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho teve como objetivo discutir acessibilidade e inclusão, apresentar iniciativas desenvolvidas na Justiça do Trabalho e estabelecer estratégias institucionais e ações educacionais relativas à Semana Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência. Durante sua participação no painel “Experiência inclusiva: uma forma imersiva de enfrentamento ao capacitismo”, o procurador destacou o compromisso dos membros e das membras do Ministério Público do Trabalho (MPT) para além da sua atuação finalística, investigatória, de cumprimento das cotas de inclusão das pessoas com deficiência ou outros corpos invisibilizados na sociedade, no mercado formal de trabalho.



24/09

Durante a 286ª sessão ordinária do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (CSMPT), a presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, prestou uma homenagem ao subprocurador-geral do Trabalho Luiz da Silva Flores, pelos 40 anos no cargo. Ele foi agraciado com uma placa comemorativa, na qual fica demonstrada a gratidão da instituição ao associado pelos serviços prestados ao Ministério Público do Trabalho (MPT).



25/09

Foi realizada na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados audiência pública que debateu o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 18, que reforça a promoção da igualdade étnico-racial na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). O diretor legislativo da ANPT, Tiago Ranieri de Oliveira, participou do evento, que atendeu a pedido da deputada Erika Kokay (PT-DF), coordenadora da frente parlamentar em apoio ao ODS.

26/09

O diretor de assuntos legislativos esteve reunido com diversos deputados, senadores e/ou assessores(as) de gabinete para apresentar a atuação da entidade. O principal objetivo da associação com essas visitas é estreitar laços com os parlamentares e debater as pautas prioritárias que envolvem o mundo do trabalho e que estão em tramitação no Congresso Nacional. Com o senador Paulo Paim (PT-RS), por exemplo, a partir da reunião, a ANPT foi incluída formalmente no Grupo de Trabalho que trata do Estatuto do Trabalho no Senado Federal. Já com o deputado Vicentinho (PT-SP), entre os temas debatidos foi a necessidade de melhor qualificação de lideranças sindicais e uma possível parceria com a Escola da ANPT.

OUTUBRO**10/10**

A presidenta da ANPT participou da solenidade de posse do presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Frederico Mendes Júnior, como novo membro do Conselho Superior da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). Na ocasião, a ministra Isabel Gallotti (STJ) também foi empossada como vice-diretora da Enfam.

10/10

A presidenta Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, participaram da solenidade de posse da nova direção do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Os ministros Aloysio Corrêa da Veiga, Mauricio Godinho Delgado e Luiz Philippe Vieira de Mello Filho assumiram os cargos de presidente, vice-presidente e corregedor-geral da Justiça do Trabalho, respectivamente, para o biênio 2024/2026.





16/10

O diretor de assuntos legislativos participou do 18º Encontro Nacional de Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas. Promovido na Câmara dos Deputados, o evento foi realizado pelo Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap) e reuniu entidades representativas de servidores públicos, dirigentes, autoridades políticas e especialistas em gestão pública e previdência.

17/10

A presidenta da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), Adriana Augusta de Moura Souza, participou do seminário comemorativo aos 20 anos da Emenda Constitucional (EC) 45/2004, promovido pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). Na ocasião, foi lançada a obra coletiva “20 Anos da Emenda Constitucional 45/04”, coordenada pela presidente da Anamatra, Luciana Conforti, e pelos diretores da Associação André Dorster (Formação e Cultura) e Flávia Pessoa (Administrativo).

17/10

A presidenta, Adriana Augusta de Moura Souza, e a diretora de comunicação, Helena Fernandes Barroso Marques, estiveram com a secretária-geral do Ministério Público da União (MPU), Eliana Péres Torelly de Carvalho. Entre os temas tratados durante o encontro, foram debatidas questões relacionadas a valorização das carreiras e assuntos de interesse direto dos membros e das membras do MPU, tanto da ativa quanto aposentados, aposentadas e pensionistas.

17/10

O diretor de assuntos legislativos, Tiago Ranieri de Oliveira, participou do 28º Congresso Goiano de Direito e Processo do Trabalho, promovido pelo Instituto Goiano de Direito do Trabalho (IGT), em conjunto com a Associação dos Magistrados Trabalhistas da 18ª Região (Amatra-18) e com o Fórum de Saúde e Segurança no Trabalho do Estado de Goiás (FSST GO). O evento teve como eixo temático “O Trabalho em um Mundo de Transformações”.

**22/10**

A presidenta participou da solenidade de posse da nova diretoria da Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista (Abrat). Assumiu a presidência da entidade, Elise Ramos Correia, e a vice-presidência, André Luiz Queiroz Sturaro. Clique aqui para conhecer os(as) demais integrantes da diretoria empossada.

**23/10**

O diretor de assuntos legislativos da ANPT participou de reunião na Comissão Especial sobre a Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias (Ceportos), da Câmara dos Deputados, que visa a revisar a legislação para o setor de portos. Após diversas explanações dos(das) membros da Comissão, inclusive da procuradora do Trabalho, associada da ANPT, Flávia Veiga Bauler, que ressaltou diversos contrapontos ao relatório, foi aprovado o anteprojeto do novo arcabouço legal para o sistema portuário público e privado.



**25/10**

A presidenta e o diretor de assuntos legislativos receberam na sede da associação o presidente do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap), Edison Guilherme Haubert. O objetivo do encontro foi apresentar as demandas e propostas da entidade em prol dos aposentados e das aposentadas e discutir o ingresso formal da ANPT como membro do MOSAP.

**30/10**

O diretor de assuntos legislativos da ANPT esteve no Congresso Nacional em diversos compromissos cuja pauta principal foi o direito do trabalho e possíveis retrocessos a partir de projetos em tramitação no parlamento. Durante a conferência realizada pelo Senado Federal, que debateu o impacto da reforma tributária sobre os motoristas de aplicativos, com base no PLP 12/2024, foi colocada em pauta a necessidade de se viabilizar que os profissionais tenham maior ganho líquido, inclusive diminuindo a alíquota de cobrança sobre os ganhos destes.

**30/10**

O vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, participou da solenidade de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a União, por meio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O ACT prevê o compartilhamento de informações entre as instituições, buscando aperfeiçoar o sistema de proteção do direito fundamental ao trabalho digno, prevenir e dissipar conflitos interinstitucionais e proporcionar ganhos de eficiência e eficácia no exercício de suas atribuições.

8/11



A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, estiveram reunidos com representantes das centrais sindicais CUT, CTB, Força Sindical e Pública Central do Servidor. Na pauta, ações estratégicas conjuntas sobre o futuro do Direito do Trabalho e das instituições que operam para sua salvaguarda. Na oportunidade, a presidência da associação apresentou a Escola da ANPT e debateu sobre a possibilidade de serem oferecidos cursos de formação de dirigentes sindicais com ênfase nos novos contornos trabalhistas após as decisões do STF sobre terceirização e o crescimento de outras formas de contratação de trabalhadores e trabalhadoras, com impactos diretos no movimento sindical.

11/11



A presidenta participou da sessão especial do Senado Federal em comemoração aos 48 anos de fundação da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). A instituição foi criada para promover maior aproximação, cooperação e solidariedade entre magistradas e magistrados do Trabalho, defendendo e representando os seus interesses e prerrogativas, além de lutar pelo fortalecimento da carreira da Magistratura do Trabalho e crescente prestígio da Justiça do Trabalho.

12/11



O diretor de assuntos legislativos da ANPT participou do I Seminário Nacional de Empregabilidade LGBTI+. O evento foi promovido Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania em parceria com a Aliança Nacional LGBTI+ e contou com o apoio de diversas instituições, como o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

12/11

O diretor de assuntos legislativos da ANPT participou, na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência na Câmara dos Deputados, de audiência pública que discutiu o atendimento aos requisitos na contratação de pessoas com deficiência nas operadoras de planos de saúde. O debate foi pedido pelo deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ).



14/11

A presidenta participou do II Encontro Anual de Empregabilidade LGBTQIAPN+, promovido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em parceria com a Aliança Nacional LGBTI+. Durante o evento, foi firmado acordo de Cooperação Técnica (ACT), que tem como objetivo promover a cooperação em áreas técnicas, científicas e educacionais para fortalecer a atuação do MPT na proteção dos direitos fundamentais dessas pessoas nas relações de trabalho.



13/11

O vice-presidente participou da solenidade de outorga de comendas da Ordem do Mérito MPM 2024. Nesta edição do evento, foram agraciados dois associados da ANPT, o procurador do Trabalho Ângelo Fabiano Farias da Costa, corregedor nacional do Ministério Público, e Antonio Gleydson Gadelha de Moura, procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região.

Os títulos concedidos durante o evento foram de Grã-Cruz (recebido pelo procurador do Trabalho Ângelo Fabiano Farias), Grande Oficial, Alta Distinção (recebido pelo procurador Antonio Gleydson), Distinção e Bons Serviços.





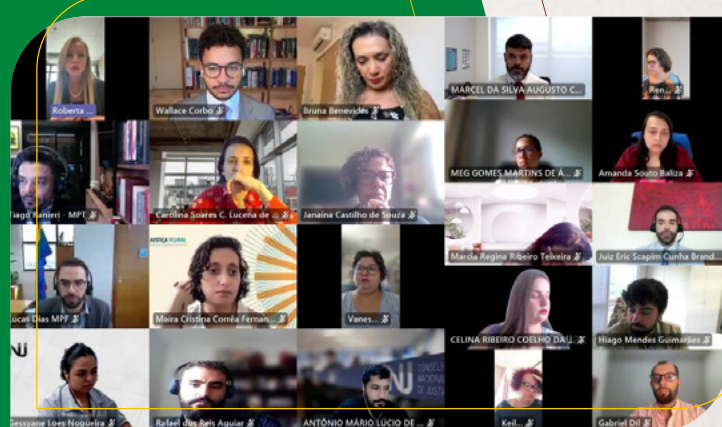
13/11

A presidenta e o vice-presidente estiveram reunidos com representantes da Associação dos Servidores do Ministério Público do Trabalho e Militar (ASEMPT) e do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF (Sindjus). O encontro aconteceu na sede da Associação, em Brasília. O objetivo da reunião foi debater interesses comuns entre as carreiras, como a valorização remuneratória, o teletrabalho e o incremento no quadro de pessoal do Ministério Público do Trabalho, dentre outros temas.



21 a 24/11

Foi realizado em Natal (RN) o 34º Encontro Nacional de Procuradores e Procuradoras (ENPT), promovido pela ANPT. O evento reuniu cerca de 350 pessoas, entre associados (as), familiares e convidados(as). Na festa de abertura, a presidenta, Adriana Augusta de Moura Souza, reforçou que a base do Encontro é voltada para o entretenimento e para a interação e sociabilidade entre os(as) participantes. "A diretoria preparou tudo com muito carinho e a nossa intenção é que o evento fique marcado na memória de cada um e cada uma de vocês", disse.



26/11

Foi realizada a primeira reunião do Fórum Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O procurador do Trabalho Tiago Ranieri de Oliveira, diretor legislativo da ANPT, participou do encontro, na condição de representante do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no colegiado.

27/11

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) revelou os ganhadores da 12ª edição do “Prêmio CNMP”. Ao todo, 27 projetos do Ministério Público brasileiro foram agraciados durante a solenidade, que marcou também o lançamento da Plataforma MP digital. A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente Marcelo Crisanto Souto Maior, participaram da cerimônia.

**27/11**

O diretor legislativo participou da audiência pública promovida pela Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados que fez um balanço dos sete anos de reforma trabalhista, discutindo os seus impactos nas relações de trabalho, nas organizações sindicais e nos litígios judiciais. O debate atendeu a pedido do deputado Bohn Gass (PT- RS).

**28/11**

O vice-presidente da ANPT, Marcelo Crisanto Souto Maior, participou da solenidade de entrega do “Selo de excelência ambiental: reconhecimento de excelência em atuações ambientais do Ministério Público”. Duas iniciativas do Ministério Público do Trabalho (MPT) foram agraciadas com o prêmio: o “Programa Nacional de Banimento do Amianto do MPT” e a “Atuação do MPT no enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas nas relações de trabalho”. Na ocasião, também foi assinado um novo acordo de cooperação técnica entre o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa), para possibilitar a continuidade da parceria, que viabiliza o intercâmbio de ações conjuntas para o aperfeiçoamento dos(as) membros(as) do MP brasileiro em conhecimento voltado para a proteção ao meio ambiente.



DEZEMBRO

3/12

Expandir e aprimorar a atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT) e de instituições e órgãos parceiros no combate aos impactos causados pelos agrotóxicos, este foi o objetivo do seminário “Contextos e Perspectivas do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos”, promovido pelo MPT. A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, participou do evento, que aconteceu na sede da Procuradoria-Geral do Trabalho, em Brasília.



2 E 3/12

Foi realizado o “II Seminário de Equidade Étnico-Racial na Gestão Escolar: Avanços, Desafios e Novas Perspectivas”, promovido pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc/GO) em parceria com o Instituto Unibanco, em Goiânia (GO). O evento contou com a participação do diretor de assuntos legislativos da ANPT, Tiago Ranieri de Oliveira, além de diversos(as) gestores(as) e coordenadores(as) pedagógicos(as) das 1400 escolas estaduais de Goiás. O seminário teve como objetivo promover trocas de experiências sobre boas práticas de gestão, inclusão e diversidade, além de debater acerca da formação de professores, dos materiais didáticos inclusivos, das práticas democráticas e dos mecanismos de avaliação e monitoramento da política.



3/12

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 5760/23, de autoria do deputado Reimont (PT-RJ), com substitutivo da relatora, deputada Benedita da Silva (PT-RJ), que estabelece medidas de apoio e proteção para trabalhadores(as) domésticos(as) resgatados(as) de condição análoga à de escravo. A ANPT, em parceria com outras entidades de classe, participou ativamente da construção do texto aprovado. Entre os pontos de destaque do PL, está a previsão de que as pessoas resgatadas dessa condição terão direito a medidas protetivas se determinadas pelo juiz e deverão ser inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e em cadastros de programas sociais estaduais e municipais.



3/12

Foi realizada a cerimônia virtual de entrega da premiação aos vencedores e vencedoras da etapa nacional do Prêmio MPT na Escola. A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, participou da solenidade que agraciou estudantes de escolas públicas que tiveram os melhores trabalhos literários, artísticos e culturais produzidos.

Em seu discurso, a procuradora enfatizou a importância do projeto MPT na Escola para conscientizar e fomentar na sociedade o respeito pelos direitos das crianças e adolescentes. Ela reforçou também o apoio da entidade a toda iniciativa que tenha o objetivo de reforçar a importância da educação de qualidade.



4/12

A Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (FRENTAS), em conjunto com a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), a Associação Nacional dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), divulgou Nota Pública no dia 4 de dezembro de 2024, contra a alteração do § 11 do art. 37, conforme proposto na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2024, apresentada pelo Executivo para promover cortes de gastos.

De acordo com as entidades, ao disciplinar o pagamento de verbas indenizatórias a membros do Judiciário e do Ministério Público – e a servidores do Legislativo, de Tribunais de Contas, de governos estaduais e de prefeituras municipais, entre outros –, o dispositivo viola os princípios constitucionais da separação de Poderes, da autonomia institucional e do pacto federativo, cláusulas pétreas da Constituição.

4/12

Foi realizada a solenidade de entrega do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos 2024. A cerimônia aconteceu no Auditório do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em Brasília, e contou com a participação da presidenta da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), Adriana Augusta de Moura Souza, do vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, e do diretor legislativo da associação, Tiago Ranieri de Oliveira.

Nesta edição do evento, foram premiadas as categorias Cidadã e Imprensa (subcategorias Jornalismo Escrito, Fotojornalismo, Jornalismo de Áudio e Jornalismo de Vídeo). Foi concedido, também, prêmio especial para a iniciativa, dentre todas as inscritas, que melhor representou o tema “Gênero, Raça e Diversidade”. Nesta categoria, o projeto “Cozinhando com as Coralinas”, apoiado, custeado e coordenado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em Goiás, foi o grande vencedor.



4/12

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, participaram da cerimônia de aposição da foto do juiz Luiz Antonio Colussi, na galeria de ex-presidentes da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). Ele comandou a entidade no biênio 2021/2023.



5/12

Em comemoração aos 30 anos do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção a Adolescentes no Trabalho (FNPETI), a Câmara dos Deputados realizou sessão especial que contou com o apoio da Frente Parlamentar Mista de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo da Aprendizagem da Casa, cujo presidente é o deputado Túlio Gadelha (REDE-PE). A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, e o diretor de assuntos legislativos, Tiago Ranieri de Oliveira, acompanharam o evento, no qual também foram homenageadas pessoas com reconhecida atuação e compromisso com a temática.



5/12

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, participou da posse da professora Gabriela Neves Delgado na cadeira 46 da Academia Brasileira de Direito do Trabalho (ABDT). A cerimônia aconteceu na sede do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGDF) e integrou o 34° Colóquio da instituição.





9/12

Durante audiência pública realizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o procurador do Trabalho Tadeu Henrique Lopes da Cunha, representante da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), destacou questões essenciais que devem ser observadas ao se tratar de trabalho em plataformas digitais. A Suprema Corte promoveu o evento, que teve duração de dois dias, com o objetivo de discutir a possibilidade de reconhecimento de vínculo empregatício entre motoristas de aplicativos de transporte e as empresas que administram essas plataformas. O debate foi conduzido pelo ministro Edson Fachin e o tema é objeto do Recurso Extraordinário (RE 1446336), apresentado pela Uber. A matéria teve repercussão geral reconhecida (Tema 1.291), cuja tese fixada no julgamento será aplicada a todos os casos em tramitação no Judiciário brasileiro.



11/12

O diretor de assuntos legislativos da ANPT, Tiago Ranieri, participou da cerimônia de abertura do 1º Congresso de Defesa da Integridade, realizado pela Comissão de Defesa da Probidade Administrativa (CDPA) em parceria com a Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público (UNCMP) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O congresso reuniu especialistas e autoridades para discutir o tema “Novos Paradigmas Para a Defesa da Probidade: Prevenção e Enfrentamento da Corrupção”.



17/12

A Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) divulgou nota técnica sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2021, que trata da regulamentação do teto remuneratório. A PEC trata da remuneração dos servidores públicos, violando princípios constitucionais da separação de Poderes e da autonomia orçamentária das instituições, que são considerados cláusulas pétreas da Constituição.

12 a 15/12

O diretor de assuntos legislativos da ANPT, Tiago Ranieri de Oliveira, participou da 10ª edição do Festival Internacional de Cinema da Diversidade Sexual e de Gênero de Goiás (Digo) no Cine Ouro. O procurador foi um dos debatedores em uma mesa de discussão sobre o Projeto de Lei (PL) n.º 2046/2024, que dispõe sobre o respeito à diversidade sexual e de gênero, abordando o tema sobre a perspectiva do mundo do trabalho.



18/12

A pauta prioritária da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT) no momento foi a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2024, conhecida como PEC do pacote fiscal. Juntamente com as demais entidades de classe que integram a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), a entidade percorreu os corredores do Congresso Nacional para conversar com deputados e senadores sobre os impactos negativos da PEC.

O grupo também realizou diversas reuniões de alinhamento, a fim de traçar estratégias de atuação com os parlamentares. Entre os congressistas visitados, estavam o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), o deputado Moses Rodrigues (União/CE), relator da PEC, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira.





19/12

O Senado Federal aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que altera a regulamentação do teto remuneratório no Brasil. A PEC já havia sido aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados após ajustes significativos ao longo de sua tramitação, com articulação da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), das demais entidades que integram a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) e outros parceiros.

A PEC, que já foi promulgada pelo Congresso Nacional, estabelece que verbas indenizatórias fora do teto somente serão válidas se permitidas em uma futura lei. Enquanto essa lei não for aprovada, os pagamentos continuarão conforme a legislação vigente.



29/12

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, receberam na sede da associação representantes das entidades de classe do Ministério Público da União. O encontro teve como objetivo alinhar as ações e estratégias sobre assuntos corporativos comuns às respectivas carreiras.

Foram discutidos temas que envolvem a Procuradoria-Geral da República, o Conselho Nacional do Ministério Público, o Conselho Nacional de Justiça, além de processos em tramitação no Tribunal de Contas da União e projetos de interesse em tramitação no Congresso Nacional

RELATÓRIO DE GESTÃO

BIÊNIO 2024 / 2026

2025

ANPT

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES E DAS PROCURADORAS DO TRABALHO

FEVEREIRO

3/02

A presidente da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, da sessão solene de abertura do Ano Judiciário de 2025, promovido no Supremo Tribunal Federal (STF). A solenidade contou com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Senado, Davi Alcolumbre, da Câmara, Hugo Motta, além do procurador-geral da República, Paulo Gonet, do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti, e autoridades dos Três Poderes.



4/02

A presidenta e o vice-presidente da ANPT estiveram reunidos com o presidente da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (Anafe), Vitor Pinto Chaves. O encontro teve como objetivo debater temas convergentes entre as associações e a atuação conjunta em alguns destes. O grupo conversou também sobre a Escola da ANPT e o Centro de Estudos da Anafe, assim como a possibilidade de realização projetos em parceria. Por fim, o presidente da Anafe convidou a presidência da ANPT para participar da cerimônia de posse da nova gestão da associação, que acontecerá em fevereiro.



12/02

O diretor de assuntos legislativos da ANPT, Tiago Ranieri, participou da sessão solene para comemorar os 45 anos de fundação do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras (PT). A solenidade teve como objetivo “celebrar a trajetória de lutas e conquistas do partido”.





11/02

A presidenta, o vice-presidente e a associada Milena Cristina Costa, prestigiaram a solenidade de posse da nova diretoria da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP). Fernanda Fernandes foi eleita em dezembro em chapa única. As vice-presidências são compostas pelo defensor público do Rio Grande do Sul, Mário Reingantz (vice-presidente institucional); pela defensora pública do Ceará, Kelviane Barros (vice-presidenta jurídico-legislativa); e pelo defensor público de Minas Gerais, Rômulo Carvalho (vice-presidente administrativo).



17/02

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, participou da cerimônia de aposição de retrato do Ministro Mauricio Godinho Delgado na galeria de diretores da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT). A solenidade foi conduzida pela atual diretora da Enamat, ministra Kátia Magalhães Arruda e reuniu integrantes da Corte, magistradas, magistrados do Trabalho, entre outras autoridades e familiares do ministro.



18/02

A presidenta e o diretor de assuntos legislativos estiveram em reunião com o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Jorge Oliveira e demais representantes do Ministério Público da União (MPU), na sede do órgão, em Brasília. Na pauta, as repercussões dos procedimentos em tramitação no TCU de interesse das carreiras. Participaram também da reunião: Ubiratan Cazetta, presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR); Elísio Teixeira, presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT) e Nelson Lacava Filho, presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM).

MARÇO**13/03**

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, estiveram reunidos com representantes da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) e da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), para discutir encaminhamentos relacionados a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud). O tema principal do encontro foi a necessidade de prorrogação do prazo para definição do perfil de investimentos da Funpresp.

**12/03**

Foi realizada a solenidade de posse da nova presidenta do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Rocha. Ela é a primeira mulher a ocupar o cargo em 217 anos de história do tribunal. A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, participou da cerimônia, que contou também com a presença do presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva.

**13/03**

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, recebeu, na sede da entidade, membros(as) da comissão de aprovados no concurso de auditor(a) fiscal do Trabalho de 2024. A reunião teve como principal tema a busca por apoio político para a convocação dos excedentes do concurso, visando o fortalecimento da fiscalização trabalhista no país.



**13/03**

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, se reuniram com as associadas Séfora Graciana Cerqueira Char e Marici Coelho de Barros Pereira, representantes da CONAP/MPT, para discutir a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1068, que estava em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF). O objetivo do encontro foi debater as possíveis implicações dessa ação para a saúde e segurança dos servidores públicos, especialmente no que diz respeito à aplicação das Normas Regulamentadoras (NRs) e à competência da Justiça do Trabalho para julgar os casos relacionados.

**18/03**

O diretor de assuntos legislativos da ANPT, Tiago Ranieri de Oliveira, participou da sessão solene no Senado Federal que celebrou os 40 anos da redemocratização. O evento homenageou também o ex-presidente da República José Sarney. A sessão reuniu parlamentares e autoridades da República e foi conduzida pelo senador Davi Alcolumbre (União-AP).

**25/03**

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, participaram da reunião da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas). Durante o encontro, que foi realizado na sede da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), as associações alinharam estratégias para a atuação e aprovação de medidas de fortalecimento e valorização das carreiras, inclusive em temas de interesse diretos dos(as) associados(as) aposentados(as).

ABRIL**1º/04**

A presidenta e o vice-presidente estiveram reunidos com a procuradora-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Cristina Machado da Costa e Silva. O encontro teve como pauta principal temas de interesse comum às carreiras, com destaque para questões orçamentárias e de direitos dos membros e membras em julgamento no TCU.

**3/04**

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, participou da cerimônia de iluminação da fachada das sedes do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), celebrando o início das ações do Programa Trabalho Seguro no Abril Verde.

**3/04**

A presidenta da ANPT participou do lançamento virtual da revista comemorativa dos 20 anos da Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho (Conafret) do Ministério Público do Trabalho (MPT). Composto por 14 artigos, a obra foi organizada pelo coordenador nacional da Conafret, Renan Bernardi Kalil, pela vice-coordenadora, Priscila Dibi Schvarcz, e pela procuradora do Trabalho Carolina De Prá Camporez Buarque.





10 a 13/04

A Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), promoveu o XXVIII Congresso Nacional de Procuradores e Procuradoras do Trabalho (CNPT), em São Paulo. O evento reuniu cerca de 350 pessoas, entre associados e associadas, convidados e convidadas.

Com o tema central de discussões “Horizontes em Transformação: Trabalho, Justiça, Sociedade”, o CNPT contou conferências e painéis com especialistas no assunto, possibilitando reflexões sobre as transformações que o mundo do trabalho tem passado ao longo dos anos, assim como as perspectivas para o futuro.



10 a 13/04

Durante a solenidade de abertura do XXVIII Congresso Nacional de Procuradores e Procuradoras do Trabalho, foram anunciados(as) os(as) vencedores(as) do XXV Prêmio Evaristo de Moraes Filho.

O julgamento dos arrazoados coube à comissão composta, por designação da presidência da Associação, pelos procuradores do Trabalho Silvio Beltramelli Neto e Bruno Choairy Cunha de Lima e a procuradora do Trabalho Débora Tito Farias. O procurador regional do Trabalho Alessandro Santos de Miranda, a procuradora aposentada Cláudia Carvalho do Nascimento e o procurador André Magalhães Pessoa compuseram, também por designação da presidência, a comissão encarregada do julgamento dos trabalhos doutrinários.

15/04

A Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT) divulgou nota pública contrária à decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, que suspendeu todas as ações em tramitação na Justiça do Trabalho que questionam contratação de trabalhadores autônomos ou por meio de pejetização.

De acordo com a entidade, há muito alguns ministros do STF se debruçam sobre a legislação trabalhista e sobre a Justiça do Trabalho com um viés desrespeitoso e, quiçá preconceituoso, alimentando a sanha reducionista de direitos sociais e lançando à margem da proteção trabalhista os falsos autônomos, parceiros, pejetizados, plataformizados e demais contratados sob qualquer roupagem de direito civil, ajudando a estigmatizar o empregado celetista, hoje sob a alcunha de “colaborador”.

15/04

O diretor de Assuntos Legislativos da ANPT, Tiago Ranieri, participou do lançamento da atualização do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho - SmartLab, ferramenta integrada do Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O evento, que foi conduzido pela coordenadora nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, Cirlene Zimmermann, contou também com a participação do coordenador do Comitê Gestor Nacional do Programa Trabalho Seguro, ministro Alberto Balazeiro, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), e do diretor do escritório da OIT para o Brasil, Vinícius Pinheiro.

22/04

A presidenta da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, participaram de uma reunião na sede da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), em Brasília, com o objetivo de articular uma mobilização nacional em defesa da competência da Justiça do Trabalho.

O encontro também contou com a presença de representantes da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT) e marcou a adesão da ANPT e da ABRAT à campanha da Anamatra “A Justiça do Trabalho Existe, Resiste, Persiste”.

NOTA PÚBLICA

SUSPENSÃO DE
PROCESSOS NA JUSTIÇA DO
TRABALHO PELO MINISTRO
DO STF GILMAR MENDES



**22/04**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF) promoveram o seminário “Enfrentando a litigância contra o poder público”, ocasião na qual foram apresentados os resultados do estudo Redução da Litigância contra o Poder Público. A presidente da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, acompanharam o evento, apresentado pelo presidente do CNJ e do STF, ministro Luís Roberto Barroso.

**23/04**

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para discutir a realidade dos entregadores de aplicativos no Brasil. O diretor de assuntos legislativos da ANPT, Tiago Ranieri de Oliveira, participou da reunião, requerida pelo deputado Federal Guilherme Boulos (PSOL-SP), que contou também a participação de lideranças da categoria, representantes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do IFood, entre outros.

**24/04**

Integrantes do Fórum Interinstitucional de Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social (FIDS) reuniram-se na sede da Procuradoria-Geral do Trabalho, em Brasília, para discutir estratégias de atuação conjunta em defesa dos direitos trabalhistas. A reunião foi coordenada pela presidenta da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), Adriana Augusta de Moura Souza, que também ocupava a função de secretária-executiva do FIDS, e pelo subprocurador-geral do Trabalho Sebastião Vieira Caixeta que, na ocasião, representou o procurador-geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira.

28/04

O Cristo Redentor, um dos maiores símbolos do Rio de Janeiro e do Brasil, recebeu uma iluminação especial na cor verde, em uma ação que visou homenagear as vítimas de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. O evento teve a participação da ANPT, representada pela diretora de relações institucionais da entidade, Juliana de Oliveira Gois.

**29/04**

O vice-presidente da ANPT, Marcelo Crisanto Souto Maior, e o diretor de Assuntos Legislativos da entidade, Tiago Ranieri de Oliveira, estiveram reunidos com o senador Laercio Oliveira (PP-SE) relator do Projeto de Lei nº 1472/2022. O encontro, que contou também com a participação do ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Augusto César e de representantes da Associação Nacional das Magistrados e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e da Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista (Abrat) faz parte da Mobilização Nacional em Defesa da Competência da Justiça do Trabalho, promovida pelas entidades.

**29/04**

Com o tema "Direitos humanos, envelhecimento e enfrentamento ao idadismo", o Ministério Público do Trabalho (MPT) realizou a 2ª Conferência sobre Pessoa Idosa Trabalhadora. A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, participou do evento e destacou o compromisso da entidade com a defesa dos direitos sociais e o combate ao etarismo no ambiente laboral.





29/04

Foi realizada a solenidade de posse da nova diretoria da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), para o biênio 2025/2027. Assumiu a presidência da entidade o procurador José Schettino e a vice-presidência a procuradora Ana Paula Mantovani. A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, e o diretor legislativo, Tiago Ranieri de Olivera, acompanharam a cerimônia, que aconteceu no auditório da Procuradoria-Geral da República, em Brasília.

MAIO

1º/05

O Fórum Interinstitucional em Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social (FIDS) divulgou CARTA ABERTA na qual manifestava sua preocupação com a decisão do Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, que interrompeu abruptamente todas as ações em curso na Justiça do Trabalho relacionadas à contratação de trabalhadores autônomos ou por meio de pejotização.

As entidades que subscrevem o documento, simbolicamente divulgado no DIA DO TRABALHO, consideravam a medida tomada pelo ministro uma afronta direta à competência constitucional da Justiça do Trabalho, prevista no artigo 114 da Constituição Federal, e uma limitação inaceitável ao acesso à justiça, que é um direito fundamental que garante a todos os cidadãos a possibilidade de buscar proteção e reparação para seus direitos violados.

1º DE MAIO

CARTA ABERTA À SOCIEDADE

FIDS se manifesta sobre **decisão do Ministro Gilmar Mendes**, do STF, que interrompeu todas as ações em curso na Justiça do Trabalho relacionadas à contratação de trabalhadores autônomos ou por meio de pejotização.

FIDS | FÓRUM
INTERINSTITUCIONAL
EM DEFESA DO DIREITO
DO TRABALHO E DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL

1º/05

A Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT) e a Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista (Abrat) - associações representativas da Magistratura do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho e da Advocacia Trabalhista em âmbito nacional - divulgam Manifesto em Defesa da Competência Constitucional da Justiça do Trabalho.

O documento integra a Mobilização Nacional em Defesa da Competência da Justiça do Trabalho deflagrada pelas associações, para falar da importância da preservação da competência da Justiça do Trabalho, ampliada a partir da Emenda Constitucional 45/2014, diante da suspensão dos processos trabalhistas, por decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no Tema 1389 com repercussão geral ('pejotização').

1º a 4 de maio

Foi realizado o XXII torneio nacional de futebol society do Ministério Público (MP), maior evento esportivo do MP, em Campo Grande (MS). A competição, promovida pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) e afiliadas, contou com a participação de 27 Associações e mais de 700 membros de todos os ramos e unidades da federação. Nessa edição do torneio, a ANPT contou com uma delegação de 37 pessoas (recorde de participação), composta por associados da entidade e familiares, que acompanharam de perto as atividades.



A JUSTIÇA DO TRABALHO
EXISTE RESISTE PERSISTE

ABRAT
Associação Brasileira de Advogados Trabalhista

ANAMATRA
Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho

ANPT
Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho





6/05

O vice-presidente da ANPT, Marcelo Crisanto Souto Maior, representou a entidade na abertura do 3º Ciclo de Palestras sobre a Funpresp-Jud. O evento é uma iniciativa conjunta da associação com Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).



7/05

Centenas de procuradores e procuradoras do Trabalho, magistrados e magistradas, advogados e advogadas, por todo o país, participaram dos atos públicos promovidos pela Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), em conjunto com a Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e a Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista (Abrat) em defesa da justiça do trabalho.

A mobilização faz parte da campanha nacional organizada pelas três entidades para reafirmar a importância da preservação da competência da Justiça do Trabalho, especialmente diante dos impactos decorrentes da decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no âmbito do Tema 1389 de repercussão geral, que trata da chamada 'pejotização' e resultou na suspensão de processos trabalhistas relacionados à matéria.

9/05

A diretora de Comunicação da ANPT, Helena Fernandes Barroso Marques, participou de sessão especial do Senado Federal em homenagem ao Dia do Trabalhador e da Trabalhadora. O requerimento para a realização do evento é de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), apoiado por outros senadores.



13/05

O vice-presidente da ANPT, Marcelo Crisanto Souto Maior, participou do lançamento da 9ª edição da Agenda Político-Institucional e da Cartilha sobre Violência Doméstica da Associação Nacional das Magistradas e Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). O evento aconteceu no auditório Freitas Nobre da Câmara dos Deputados, em Brasília.



14/05

O vice-presidente da ANPT participou, juntamente com o secretário de relações institucionais do Ministério Público do Trabalho, Rafael Dias Marques, da 4ª reunião ordinária do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Estados e da União (CNPGE), em Brasília. Entre os itens da pauta, o colegiado aprovou a indicação dos três representantes dos Ministérios Públicos dos Estados (MPEs) para ocupar as vagas destinadas aos MPEs no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).



**15/05**

Foi realizada a inauguração da sede própria da Procuradoria do Trabalho no Município de Patos de Minas (PTM-Patos de Minas). O associado da ANPT, procurador do Trabalho Hermano Martins Domingues, representou a entidade na solenidade, que foi prestigiada por representantes de diversos órgãos e instituições públicas da região.

**16/05**

A diretora de comunicação da ANPT, Helena Fernandes Barroso Marques, participou da solenidade de posse da nova diretoria da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região (Amatra 10/DF-TO). O evento celebrou a recondução do juiz Rossifran Souza à presidência da entidade para o biênio 2025/2027, além da eleição da chapa única "Coletivo Forte, Amatra Unida".

**19/05**

Dirigentes da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e da Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista (Abrat), estiveram reunidos com os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin, do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, com a secretária nacional de acesso à Justiça, Sheila de Carvalho, e a secretária-geral de Contencioso da AGU, Isadora Maria Belem Rocha Cartaxo de Arruda, para debater os impactos decorrentes da decisão do ministro Gilmar Mendes, do STF, no âmbito do Tema 1389 de repercussão geral, que trata da chamada 'pejetização' e resultou na suspensão de processos trabalhistas relacionados à matéria. As reuniões integram a Mobilização Nacional em Defesa da Competência da Justiça do Trabalho.

20/05

Foi realizada na Câmara Municipal de Campina Grande, sessão especial em comemoração aos 20 anos da Procuradoria do Trabalho no município. O representante da ANPT na Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) da Paraíba (PB), Raulino Maracajá Coutinho Filho, participou da solenidade, que foi proposta pelo presidente da Câmara, vereador Saulo Germano, e reuniu autoridades locais, representantes do judiciário, advogados, vereadores, membros(as) da sociedade civil e servidores públicos.

**20/05**

Foi realizada a cerimônia de abertura do seminário “O trabalho em frigoríficos – 12 anos da NR-36”, promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU). O diretor de assuntos legislativos da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), Tiago Ranieri de Oliveira, participou da solenidade, que aconteceu no auditório da Procuradoria-Geral do Trabalho.

**21/05**

A Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT) divulgou nota de repúdio onde manifesta sua profunda indignação e absoluto repúdio ao ato de racismo e assédio sofrido pela ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Vera Lúcia Santana, em episódio que afronta não apenas sua trajetória pessoal e profissional, mas também os valores constitucionais de dignidade, igualdade e respeito aos direitos humanos.





21/05

Os dirigentes da ANPT estiveram reunidos com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, com o secretário especial de assuntos jurídicos da Casa Civil, Marcos Rogério, e com o senador Fabiano Cantarato (PT-ES). O objetivo dos encontros foi debater os impactos decorrentes da decisão do ministro Gilmar Mendes, do STF, no âmbito do Tema 1389 de repercussão geral, que trata da chamada 'pejotização' e resultou na suspensão de processos trabalhistas relacionados à matéria.

O vice-presidente esteve reunido também com o ministro Dias Toffoli e com o secretário especial de assuntos jurídicos da Casa Civil, para tratar do tema. Nas audiências, foi entregue Nota Técnica elaborada pelas associações, na qual destacam os impactos da decisão do ministro do STF.



21/05

O vice-presidente da ANPT, Marcelo Crisanto Souto Maior, e o diretor legislativo, Tiago Ranieri de Oliveira, participaram da solenidade de posse da nova diretoria da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) para o biênio 2025/2027. Assumiu como presidente da entidade, o juiz do Trabalho Valter Souza Pugliesi.



21/05

O diretor de assuntos legislativos da ANPT, Tiago Ranieri, foi um dos palestrantes do evento "Promovendo a diversidade na atuação sindical", realizado pela Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social (Conalis), vinculada ao Ministério Público do Trabalho (MPT), em parceria com as Procuradorias Regionais do Trabalho de Goiás (PRT-18) e do Distrito Federal e Tocantins (PRT-10). O objetivo foi fomentar o diálogo social e a inclusão no movimento sindical, reunindo representantes de entidades laborais, membros e membras do MPT.

22/05

O diretor de assuntos legislativos da ANPT, Tiago Ranieri de Oliveira, participou do seminário “Mudanças Climáticas e seus Impactos nas Relações de Trabalho”, promovido na sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST). O objetivo do evento foi discutir os efeitos das mudanças climáticas nas relações laborais e no meio ambiente do trabalho, destacando os desafios enfrentados em diferentes setores, as condições de trabalho em cenários extremos e as estratégias para minimizar os impactos negativos e promover as adaptações climáticas nos postos de trabalho.

**27/05**

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, receberam na sede da entidade as associadas Regina Fátima Bello Butrus, vice-presidenta da Associação Nacional dos Magistrados Aposentados do Poder Judiciário de União e de Procuradores Aposentados do Ministério Público de União (ANAMPA), e Denise Lapolla de Paula Aguiar Andrade, diretora legislativa da ANAMPA.

**29/05**

A Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradora do Trabalho (ANPT) se fez presente na solenidade de abertura do IX Encontro de Direito Sindical, promovido pela Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista (Abrat) em Maceió (AL). A delegada da PRT19, Marcela Monteiro Dória, representou a entidade. O evento debateu o sindicalismo ante as transformações no mundo do trabalho, o custeio sindical, os efeitos atuais da negociação coletiva, a importância de conhecer e utilizar as normas e os órgãos internacionais, e, também, a cidadania ou subcidadania laboral ante o nível de sindicalização.





29/05

O diretor legislativo da ANPT, Tiago Ranieri de Oliveira, participou de audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal, que debateu os impactos da pejetização no Brasil. A iniciativa foi fruto de requerimento apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS).



JUNHO

3/06

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, estiveram reunidos com o presidente do Movimento Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas (Mosap), Edison Guilherme Haubert. Em pauta, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2024, também chamada de PEC Social, que propõe o fim da contribuição previdenciária de aposentados(as) e pensionistas. O grupo conversou sobre estratégias de atuação conjunta entre as entidades no que diz respeito ao tema.



3/06

Em um movimento conjunto em defesa dos direitos trabalhistas, dirigentes da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat) estiveram reunidos na sede da ANPT, em Brasília. O encontro teve como pauta central o Tema 1.389 de repercussão geral no Supremo Tribunal Federal (STF), que discute a constitucionalidade da chamada 'pejetização' e a competência da Justiça do Trabalho para apreciar ações sobre possível fraude ao vínculo empregatício.

9/06

A diretora de Relações Institucionais da ANPT, Juliana Gois, representou a entidade na solenidade de iluminação do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, em alusão ao Dia Nacional e Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, celebrado em 12 de junho. O monumento foi iluminado com as projeções de um catavento (símbolo na luta contra o trabalho infantil), com a frase “12 de junho- Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil” e com a #chegadetrabalho infantil.



10/6

A presidenta da ANPT e o vice-presidente participaram da 9ª Sessão Plenária do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que marcou o início das celebrações dos 20 anos da instituição. Um vídeo institucional em comemoração à data e um que compila as principais passagens do projeto Café com Memória, que se destina a preservar e divulgar a história oral do Ministério Público brasileiro, foram exibidos na ocasião.



11/06

O diretor de Assuntos Legislativos da ANPT, Tiago Ranieri de Oliveira, na Câmara dos Deputados, de ato público em defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2024 e de seu apensamento à PEC 555/2006. As proposições tratam da redução gradativa da contribuição previdenciária de servidores públicos aposentados e pensionistas.



**17/06**

O diretor de assuntos legislativos participou de uma live promovida pelo Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade da Justiça do Trabalho, do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A atividade aconteceu em alusão ao Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+, comemorado em 28 de junho. O evento teve como principal objetivo esclarecer à população os direitos das pessoas LGBTQIA+ no ambiente de trabalho e debater estratégias eficazes para combater o preconceito e a discriminação, tanto em espaços públicos quanto privados.

**23/06**

Durante dois dias, a promoção e proteção dos direitos LGBTQIA+ foram o foco de debates, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), durante o I Encontro LGBTQIA+ Justiça. O diretor legislativo da ANPT, Tiago Ranieri de Oliveira, participou do evento, que buscou a articulação entre os(as) integrantes do sistema de justiça e representantes da sociedade civil para o fortalecimento dos direitos dessa população.

O diretor, que é também integrante do Fórum Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ representando o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), foi um dos facilitadores da oficina de eixo 2, intitulada “Acesso à Justiça e promoção de direitos”, ao lado da defensora pública do estado de São Paulo Vanessa Alves Vieira.

23/06

A Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) prestou uma homenagem ao senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em reconhecimento à sua atuação firme em defesa das instituições democráticas e ao diálogo permanente com os representantes das carreiras jurídicas. A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, participaram do evento, no qual o parlamentar recebeu uma placa assinada pela Frentas reconhecendo a sua dedicação e relevantes serviços prestados ao Brasil, com atuação pautada pela 'seriedade, ética, compromisso com as instituições públicas, liderança e capacidade de diálogo'.

**27/06**

O vice-presidente da ANPT, Marcelo Crisanto Souto Maior, e a diretora de Assuntos de Aposentados e Aposentadas, Maria de Fátima Rosa Lourenço, participaram do I Encontro do Comitê Nacional das Pessoas Idosas e suas Interseccionalidades. O evento, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), teve como tema central de discussões "Dignidade não envelhece: As melhores práticas contra o idadismo".

**JULHO****1º/07**

A presidenta ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, participou de audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, no âmbito do Grupo de Trabalho (GT) que discutiu a proposta de reforma administrativa. A atividade, coordenada pelos deputados Zé Trovão (PL-SC) e Fausto Santos Júnior (União-AM), reuniu representantes de diversas entidades de classe das carreiras jurídicas.





16/07

O diretor legislativo da ANPT acompanhou, diretamente do plenário da Câmara dos Deputados, a votação e aprovação do texto-base do projeto de Lei (PL) 1872/2025, que cria o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União (FMPU). A proposta foi aprovada por 264 votos favoráveis, 169 contrários e quatro abstenções e segue, agora, para apreciação do Senado Federal.



17/07

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, participou de uma jornada de reflexão, promovida pela Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo (AATSP), sobre o Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1.532.603 (Tema 1389), que discute a validade da 'pejotização' e a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar a matéria. A ação, sob a relatoria do ministro Gilmar Mendes, determinou, no dia 14 de abril do mesmo ano, a suspensão nacional de todos os processos que tratam da licitude da contratação de trabalhador autônomo ou pessoa jurídica para a prestação de serviços.



22/07

A Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), promoveu uma live com o subprocurador-geral do Trabalho Gláucio Araújo de Oliveira, candidato único ao cargo de procurador-geral do Trabalho. O evento foi transmitido de maneira restrita, apenas para os associados e para as associadas da ANPT, e contou com três blocos, conduzidos pela presidenta, Adriana Augusta de Moura Souza.

25/07

A diretora de Relações Institucionais da ANPT, Juliana Gois, participou do evento “Mulheres Negras que Inspiram: Lideranças e Transformações nos Poderes Públicos”, promovido pela Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (ANAFE), em comemoração ao Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. A programação foi voltada à valorização do protagonismo de mulheres negras nos espaços institucionais, com ênfase no sistema de justiça, nas políticas públicas e no serviço público federal.



24 e 27/07

O diretor de assuntos legislativos da ANPT, Tiago Ranieri de Oliveira, coordenador da comissão de diversidade da entidade, participou da mesa “Justiça sem estereótipos: novos protocolos para julgamentos antidiscriminatórios” durante o Festival Internacional de Cinema da Diversidade Sexual e de Gênero de Goiás. O evento aconteceu no Centro Audiovisual/Museu Nacional dos Povos Indígenas e reuniu representantes do sistema de justiça, da academia e da sociedade civil para discutir práticas inclusivas e a promoção da diversidade.



29/07

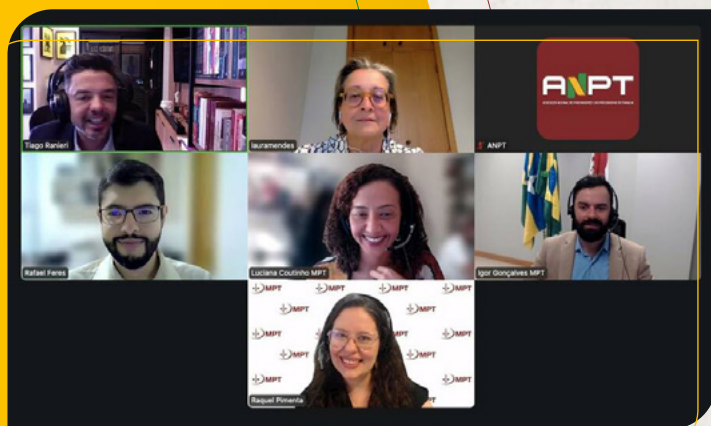
A presidenta da ANPT participou da cerimônia de inauguração da sede compartilhada da Procuradoria da República (PRM) e da Procuradoria do Trabalho no Município de Joinville (PTM). A cerimônia contou com a presença de diversas autoridades, entre elas a secretária-geral do Ministério Público da União (MPU), Eliana Torelly, o procurador-geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira, o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT) em Santa Catarina, Piero Menegazzi, o procurador-chefe do MPF em Santa Catarina, Daniel Ricken, o subprocurador-geral do Trabalho Glaucio Araújo de Oliveira, diretor-geral do MPT e procurador-geral eleito para o biênio 2025/2027, entre outros.





30/07

O vice-presidente da ANPT participou, no Rio de Janeiro, de uma ação proposta pelo Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro (MPT-RJ), a Cáritas Arquidiocesana e o Santuário Arquidiocesano Cristo Redentor, que iluminou o Cristo Redentor de azul, em alusão ao Dia Mundial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. O evento fez parte da campanha “Coração Azul”, promovida pela Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), e contou com o apoio de diversas instituições públicas e organizações da sociedade civil.



31/07

A Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT) promoveu a reunião inaugural da Comissão de Diversidade da entidade. Composta por membros e membras de trajetórias diversas e reconhecido engajamento na defesa dos direitos humanos, a comissão inicia seus trabalhos com uma agenda estruturada e abrangente para fortalecer a atuação inclusiva do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Durante a reunião, foram debatidos temas prioritários, como a aplicação do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero no Judiciário, a representatividade nos espaços institucionais, a acessibilidade nas unidades do MPT e a revisão do Plano Nacional de Equidade e Diversidade.

AGOSTO**6/08**

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, participou da solenidade de apresentação do relatório de gestão do procurador-geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira, que concluiu seu segundo mandato à frente do Ministério Público do Trabalho (MPT). Realizada na sede da Procuradoria-Geral do Trabalho, a cerimônia marcou o encerramento de uma gestão que, segundo a presidenta, se destacou pela firmeza, equilíbrio e compromisso com os direitos sociais e com a missão constitucional do MPT, especialmente em tempos de desafios institucionais e políticos.

**6/08**

O diretor de assuntos legislativos da ANPT, Tiago Ranieri, participou da sessão solene em comemoração aos 20 anos de instalação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). A cerimônia foi realizada pela Câmara dos Deputados e, durante o evento, o presidente do CSJT e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Aloysio Corrêa da Veiga, presenteou a deputada federal, Soraya Santos (PL/RJ), com a medalha comemorativa aos 20 anos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

**6/08**

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, participou da 228ª sessão do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (CSMPT). Durante a reunião, foram aprovados no estágio probatório 13 procuradores e procuradoras aprovados (as) no 22º Concurso Público, que agora conquistam o vitaliciamento, com efeitos a partir do término dos dois anos de exercício.



**12/08**

A presidenta e o vice-presidente participaram de reunião da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas). Durante o encontro foram tratados temas institucionais prioritários às carreiras do sistema de Justiça. A reunião, realizada na sede da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), teve como principal pauta a Reforma Administrativa. A Frentas definiu estratégias conjuntas para ampliar o diálogo com o Governo Federal e com parlamentares, tanto em Brasília quanto em suas bases eleitorais.

**04/08**

O diretor de assuntos legislativos da ANPT participou de uma live no YouTube, transmitida pelo canal "Parresiando". O encontro, que integra uma série de transmissões voltadas à discussão de temas atuais sobre o mundo do trabalho, é apresentado pela doutora em filosofia Priscila Cupello. Outros procuradores e procuradoras do Trabalho também participaram dos debates.

**14/08**

A presidenta e o vice-presidente receberam associados e associadas em um chá da tarde em homenagem à subprocuradora-geral do Trabalho Eliane Araque dos Santos, recentemente aposentada à época. Durante o evento, ela recebeu uma placa comemorativa da ANPT, reconhecendo sua "competência em muitos anos de dedicação ao Ministério Público do Trabalho e pelo carinho sempre dispensado a seus pares".

19/08

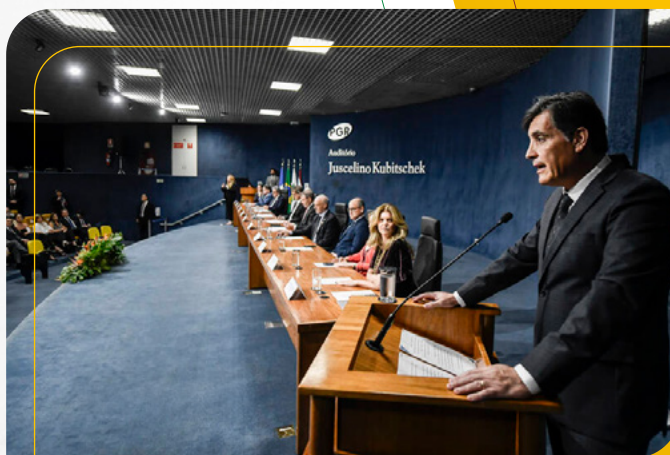
Teve início o curso “Julgados do STF e inovações legislativas: Implicações sindicais”, promovido pela Escola da ANPT em Curitiba (PR), no auditório da Fundação do Asseio e Conservação do Paraná (Facop). Voltado para a atualização jurídica de dirigentes e advogados, o evento teve como foco as alterações jurisprudenciais vinculantes do Supremo Tribunal Federal (STF) e as inovações da legislação trabalhista com aplicação prática no cotidiano das atividades sindicais.

**20/08**

O vice-presidente da ANPT participou de um debate, na Câmara dos Deputados, sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. O evento aconteceu horas antes da Casa aprovar o projeto de lei que cria regras para a resguardá-los quanto ao uso de aplicativos, jogos eletrônicos, redes sociais e programas de computador.

**28/08**

Foi realizada a solenidade de ratificação da posse do subprocurador-geral do Trabalho Gláucio Araújo de Oliveira como procurador-geral do Trabalho, para o biênio 2025/2027. A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, e outros membros da diretoria estiveram presente na cerimônia, que aconteceu no auditório da Procuradoria-Geral da República.



**27/08**

A presidenta e o vice-presidente da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza e Marcelo Crisanto Souto Maior, respectivamente, participaram do lançamento do livro “Fundamentos da Constituição Econômica”, de autoria do subprocurador-geral do Trabalho, Manoel Jorge e Silva Neto, associado da entidade. O livro foi lançado durante a programação do “Workshop MPF e a Ordem Econômica”, promovido pela Câmara de Consumidor e Ordem Econômica (3CCR/MPF).

SETEMBRO**15/09**

O Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, relator do recurso extraordinário com repercussão geral (ARE 1.532.603/PR, Tema 1389), admitiu a presidenta da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), Adriana Augusta de Moura Souza, como expositora na audiência pública sobre o tema, que seria realizada dia 6 de outubro, na Suprema Corte.

A audiência tratou de questões centrais relacionadas à chamada “pejotização” das relações de trabalho, com enfoque em três pontos: a competência da Justiça do Trabalho para julgar casos envolvendo alegações de fraude em contratos civis ou comerciais de prestação de serviços; a licitude da contratação de trabalhadores autônomos ou pessoas jurídicas, à luz da decisão do STF na ADPF 324, que reconheceu a validade constitucional de diferentes formas de organização produtiva; e o ônus da prova na alegação de fraude contratual, definindo se recairá sobre o trabalhador ou sobre a empresa contratante.



16/09

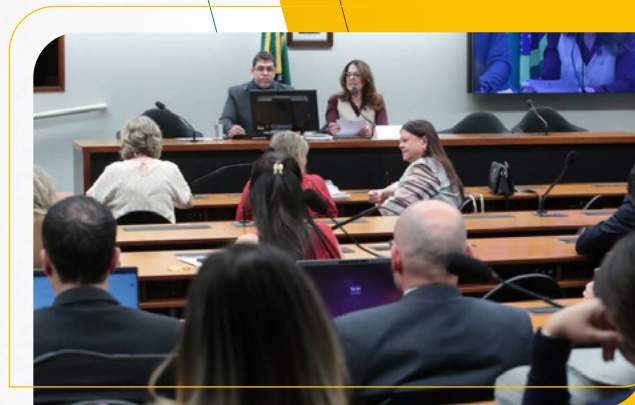
A Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT) tornou pública sua nova Comissão de Paridade, composta pelos(as) associados(as) aposentados(as) Cláudia Carvalho do Nascimento (coordenadora), Cláudio Cordeiro Queiroga Gadelha, Eliane Araque dos Santos, Jaime Jose Bilek Iantas e Vera Regina Della Pozza Reis.

A comissão tem como objetivos promover a interlocução com as demais associações de classe, tratando dos temas de interesse de aposentados(as) e pensionistas, além de prospectar soluções, medidas e ações voltadas às necessidades e interesses dos(as) associados(as) aposentados(as), em relação aos colegas da ativa, assim como avaliar e propor à Diretoria iniciativas que garantam a paridade entre aposentados(as) e ativos(as).



16/09

O diretor legislativo da ANPT, Tiago Ranieri, participou da sessão de instalação do Grupo de Trabalho da Proteção de Crianças e Adolescentes em Ambiente Digital (GTAMBDIG), coordenado pela deputada federal Rogéria Santos (Republicanos/BA). O colegiado foi instituído com a finalidade de estudar e propor soluções legislativas que fortaleçam a proteção integral de crianças e adolescentes no ambiente digital, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).



17/09

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, participou da solenidade de abertura do 46º Congresso Nacional da Advocacia Trabalhista (CONAT) e do 19º Encontro Latino-Americano de Advogados e Advogadas Trabalhistas (ELAT). O evento, realizado em Goiânia, foi promovido pela Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista (ABRAT) e pela Asociación Latinoamericana de Abogados y Abogadas Laboralistas (ALAL), em parceria com a Associação Goiana da Advocacia Trabalhista (AGATRA).





25/09

O diretor legislativo da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), Tiago Ranieri de Oliveira, coordenador da Comissão de Diversidade da ANPT, participou da 2ª edição do Encontro de Diversidade da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). O evento discute os estigmas vivenciados pela população LGBTQIAPN+ e os obstáculos encontrados na luta contra o preconceito e as diversas formas de violência.

23/09

A presidenta esteve reunida com o presidente da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Valter Pugliesi, e a presidenta da Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista (Abrat), Elise Corrêa. O encontro, que contou com a participação do procurador do Trabalho Renan Kalil, coordenador nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho do MPT, teve como objetivo alinhar estratégias e pontos de convergência das entidades para a audiência pública convocada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), dia 6 de outubro de 2025, a fim de discutir a licitude da contratação de trabalhadores na condição de autônomos ou pessoas jurídicas, prática conhecida como “pejotização”. O debate ocorreu no âmbito do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1532603 – Tema 1389, sob relatoria do ministro Gilmar Mendes.



25/09

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, participaram da solenidade de posse do novo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Vieira de Mello Filho. O ministro assumiu o cargo com uma proposta de convergência política em torno de uma pauta social que vise assegurar a liberdade, a dignidade e o trabalho decente para brasileiras e brasileiros. "Vim para oferecer voz e ação, me mantendo vinculado ao dever de justiça, à Constituição e ao Direito", afirmou em seu discurso de posse.

**26/09**

A diretora de comunicação da ANPT, Helena Fernandes Barroso Marques, participou da sessão especial promovida pelo Senado Federal em comemoração aos 52 anos da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). A iniciativa em reconhecimento à entidade foi do senador Weverton (PDT/MA). Prestigiaram o evento também diversas outras autoridades, como a ex-procuradora-geral da República, Raquel Dodge, o vice-procurador-geral da República, Hindemburgo Chateaubriand, além dos atuais integrantes da Diretoria, ex-presidentes da ANPR, membros e membras do Ministério Público União de todo o país, representantes de associações e dos Três Poderes e parlamentares.

**29/09**

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, participou da solenidade de posse do ministro Luiz Edson Fachin como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), para os próximos dois anos. O ministro Alexandre de Moraes assumiu a vice-presidência. A cerimônia, realizada na sede do STF, contou com a presença de diversas autoridades do Ministério Público e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.





OUTUBRO

1º/10

A Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT) lançou a Agenda Legislativa 2025/2026, na Câmara dos Deputados. O documento apresenta um panorama criterioso das proposições em tramitação no Congresso Nacional que impactam, de forma direta ou indireta, o Ministério Público do Trabalho (MPT), os direitos sociais fundamentais e a estrutura das relações de trabalho no Brasil.



2/10

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, e o diretor legislativo, Tiago Ranieri de Oliveira, receberam na sede da entidade a diretora executiva da Articulação Nacional de Trabalhadoras(es) Trans do Sistema de Justiça (Antrajus), Luna Leite. O objetivo da reunião foi estreitar laços entre as instituições e estabelecer uma possível parceria na pauta relacionada às pessoas trans, no MPT e no mundo do trabalho em geral.



OUTUBRO/NOVEMBRO/ DEZEMBRO

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente da entidade, Marcelo Crisanto Souto Maior, participaram da solenidade de posse das procuradoras-chefas e dos procuradores-chefes das 24 unidades regionais do Ministério Público do Trabalho (MPT), para o biênio 2025-2027. A entidade de classe se fez presente em todas as cerimônias que aconteceram.

6/10

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou audiência pública destinada a debater os impactos econômicos e sociais da chamada “pejotização”, tema em apreciação no âmbito do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1.532.603, correspondente ao Tema 1389. O decano do STF, ministro Gilmar Mendes, presidiu os trabalhos.

A Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), que é *amicus curiae* no processo, participou da audiência, por meio da presidenta da entidade, Adriana Augusta de Moura Souza. A manifestação da associação foi centrada especialmente no impacto da pejotização sobre a proteção dos direitos trabalhistas, conforme previsto no item 7 das questões suscitadas para debate: “Quais os efeitos da pejotização na proteção dos direitos trabalhistas?”



7/10

Em uma audiência pública marcada por alertas contundentes sobre os perigos do trabalho infantil digital, o diretor legislativo da ANPT, Tiago Ranieri de Oliveira, participou dos debates promovidos pelo Grupo de Trabalho sobre Proteção de Crianças em Ambiente Digital (GTAMBDIG), da Câmara dos Deputados. O foco da discussão foi o crescente fenômeno dos “influenciadores mirins” e os riscos associados à exploração comercial da infância em plataformas digitais. A audiência ocorreu um dia antes da votação do relatório parcial da coordenadora do grupo, deputada Rogéria Santos (Republicanos-BA).



10/10

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, participou das atividades do V Fórum “Boas Práticas do Sistema de Justiça Brasileiro”, promovido pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em Salvador (BA), entre os dias 9 e 11 de outubro. Na manhã do dia 10, ela integrou o painel “Consolidação do Estado de Direito por meio da independência funcional dos magistrados e membros do MP. O futuro da magistratura e do MP na democracia”, ao lado de outros(as) representantes de entidades de classe.





12 a 18/10

O diretor legislativo da ANPT, Tiago Ranieri de Oliveira, esteve na Câmara dos Deputados para reforçar o apoio da associação ao parecer apresentado ao Projeto de Lei nº 8.413/2017, de relatoria do deputado Federal Bonh Gass (PT/RS). O projeto, de autoria do deputado Marco Maia (PT/RS), propôs alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que visavam revogar os artigos 477, 477-A, 477-B e 484-A, relacionados à rescisão contratual.

Durante a visita, Tiago Ranieri entregou aos parlamentares um documento com a manifestação oficial da ANPT, que destacava a importância das inovações propostas para o fortalecimento da segurança jurídica e proteção dos(as) trabalhadores(as), especialmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade.



15/10

Durante reunião deliberativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, o senador Paulo Paim (PT-RS) leu a manifestação oficial da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT) em apoio ao parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 5760/2023. A proposta estabelecia medidas específicas de assistência e proteção às mulheres vítimas de trabalho análogo ao de escravo resgatadas por ações governamentais.

No documento apresentado pelo senador, a ANPT parabenizou o parlamentar pelo avanço que o projeto representou, e ressaltou sua importância para a promoção da dignidade humana, da igualdade de gênero e da justiça social. "O parecer assegura que o resgate das vítimas seja acompanhado por acolhimento efetivo, apoio material e acompanhamento psicossocial, elementos fundamentais para evitar a revitimização e a reincidência da exploração", destacou a entidade.

15/10

A Câmara dos Deputados aprovou, em sessão plenária, o Projeto de Lei nº 3444/2023, de autoria da deputada Lídice da Mata (PSB/BA), que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para criar mecanismos de proteção a crianças e adolescentes em ambientes digitais. A proposta teve o objetivo de coibir a exploração do trabalho infantil digital, especialmente no contexto da atuação de crianças como “influenciadores mirins” em plataformas online.

A aprovação contou com expressiva contribuição da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), por meio de sua Diretoria Legislativa, conduzida pelo procurador do Trabalho Tiago Ranieri de Oliveira, cuja atuação técnica e estratégica foi decisiva para o avanço da matéria no Congresso.

**21/10**

A ANPT acompanhou por meio do diretor legislativo da entidade, Tiago Ranieri de Oliveira, a audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, que discutiu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 148/2015, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS). A PEC prevê a diminuição da jornada máxima semanal de trabalho de 44 para 36 horas, de forma gradual e sem redução salarial.



NOVEMBRO

6/11

A diretora de comunicação da ANPT, Helena Fernandes, participou do lançamento do livro “Mudanças Climáticas e a Proteção do Meio Ambiente do Trabalho”, editado pela Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Codemat) do Ministério Público do Trabalho. A obra foi pensada para subsidiar a atuação do MPT, do Judiciário, de entes públicos, sindicatos e empresas na defesa da vida e da saúde das pessoas trabalhadoras frente aos impactos das mudanças climáticas.





11/11

A Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT) participou de audiência pública conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e de Trabalho (CTRAB) da Câmara dos Deputados, que discutiu “Novas relações de trabalho e o papel do Judiciário”. Representando a entidade, o diretor de Assuntos Legislativos, Tiago Ranieri de Oliveira, apresentou a posição da ANPT sobre os desafios impostos pelas transformações do mundo do trabalho e o papel essencial da Justiça trabalhista na garantia da proteção social e da dignidade humana.



11/11

O vice-presidente da ANPT, Marcelo Crisanto Souto Maior, participou da solenidade de abertura do XXVI Congresso Nacional do Ministério Público, promovido pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp). O evento teve o objetivo de debater temas que impactam diretamente a sociedade. Na XXVI edição, o foco das discussões foi “O MP do Futuro: Democrático, Resolutivo e Inovador”.



12/11

O vice-presidente da ANPT, Marcelo Crisanto Souto Maior, e o diretor legislativo, Tiago Ranieri de Oliveira, participaram de reunião com o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), a convite do parlamentar. O encontro contou ainda com representantes da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat). O objetivo da reunião foi discutir a constituição da Frente Parlamentar contra a Pejotização e alinhar estratégias conjuntas para sua atuação no âmbito do Congresso Nacional.

12/11

O Senado Federal aprovou o nome do subprocurador-geral da República Paulo Gonet para recondução ao cargo de procurador-geral da República até 2027. A votação recebeu 45 votos favoráveis e 26 contrários. O vice-presidente da ANPT, Marcelo Crisanto Souto Maior, e o diretor legislativo, Tiago Ranieri de Oliveira, acompanharam a sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Na comissão, o subprocurador obteve 17 votos favoráveis e 10 contrários.

**12/11**

O vice-presidente da ANPT, Marcelo Crisanto Souto Maior, participou da cerimônia de entrega da Medalha da Ordem do Mérito do Ministério Público Militar (OMMPM). O evento aconteceu na sede da Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília, reunindo autoridades civis e militares, membros e membras do Ministério Público brasileiro e representantes de instituições nacionais e estrangeiras. Dois associados foram agraciados na ocasião, os procuradores regionais do Trabalho Maurício Coentro Pais de Melo e Fábio Goulart Villela receberam a comenda no grau Grande oficial.

**DEZEMBRO****3/12**

A Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT) deu sequência a uma série de reuniões institucionais com conselheiros e conselheiras do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A presidenta da entidade e o vice-presidente, Adriana Augusta de Moura Souza, e Marcelo Crisanto Souto Maior, respectivamente, estiveram com os(as) conselheiros(as) Ângelo Fabiano Farias da Costa, Cíntia Brunetta, Jaime Miranda, Fabiana Barreto e Karen Souza para tratar de temas relevantes que estavam em tramitação no colegiado.





10/12

O diretor legislativo da ANPT, Tiago Ranieri de Oliveira, entregou ao deputado Federal Bohn Gass (PT-RS) a minuta de um Projeto de Lei (PL) que busca enfrentar o chamado *limbo previdenciário*. O texto foi apresentado para subsidiar a atuação legislativa do parlamentar, que manifestou disposição em relatar a matéria e dar andamento à iniciativa no Congresso Nacional.



11/12

A presidenta e o vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), Adriana Augusta de Moura Souza e Marcelo Crisanto Souto Maior, respectivamente, participaram de jantar em homenagem ao procurador-geral da República, Paulo Gonet. O evento foi promovido pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).



12/12

A ANPT participou, em São Paulo, do congresso promovido pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Avançados da Magistratura e do Ministério Público do Trabalho (Ipeatra). Com o tema "O Trabalho no Mundo Plataformizado: Contributos do Ipeatra", o evento reuniu representantes de entidades do sistema de Justiça, pesquisadores e autoridades para discutir os impactos das transformações tecnológicas e econômicas nas relações de trabalho. A presidenta, Adriana Augusta de Moura Souza, integrou o painel "Análise de Conjuntura: Trabalho no Mundo Plataformizado", mediado pela procuradora regional do Trabalho Adriane Reis de Araújo.

16/12

O Grupo de Trabalho (GT) sobre Proteção de Crianças e Adolescentes em Ambiente Digital da Câmara dos Deputados encerrou seus trabalhos com a apresentação de um diagnóstico considerado gravíssimo sobre os riscos enfrentados por crianças e adolescentes no ambiente digital. O relatório apontou que as violações vão da exploração sexual à deterioração da saúde mental, agravadas por falhas estruturais e pela ausência de uma regulação efetiva das plataformas digitais. A Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT) participou ativamente dos debates por meio do diretor legislativo, Tiago Ranieri de Oliveira, que participou da audiência do GT, e contribuiu tecnicamente para a construção do relatório final. A entidade também encaminhou considerações formais, que foram incorporadas ao documento consolidado pelo grupo de trabalho.



16/12

A ANPT acompanhou, no Plenário do Senado Federal, a apreciação do Projeto de Lei (PL) nº 429/2024, de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que atualizou as custas judiciais no âmbito da Justiça Federal e instituiu os fundos da Justiça Federal e a destinação de recursos para o Fundo do Ministério Público da União (FMPU) e do Fundo da Defensoria Pública da União (FDPU). Na ocasião, o Plenário aprovou o requerimento de urgência para a tramitação da proposta. A presidenta, Adriana Augusta de Moura Souza, o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, e o diretor legislativo, Tiago Ranieri de Oliveira, estiveram presentes acompanhando a sessão.



**17/12**

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) recebeu uma homenagem da Câmara dos Deputados pelos seus 55 anos de fundação. O vice-presidente da ANPT, Marcelo Crisanto Souto Maior, e o diretor legislativo, Tiago Ranieri de Oliveira, participaram da sessão solene, solicitada pelo deputado Junior Lourenço (PL-MA) e pela deputada Laura Carneiro (PSD-RJ).

**14/12**

O vice-presidente da ANPT, Marcelo Crisanto Souto Maior, participou da posse da nova diretoria da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), presidida pela juíza Vanessa Ribeiro Mateus. A solenidade foi realizada no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Assumiram como vice-presidentes Alexandre José Gonçalves Trineto – AMPB, Carlos Alberto Martins Filho – AMAGIS-DF, Cristiano Vilhalba Flores – AJURIS, Deise Holder Silva Martins – AMARN, Eunice Bitencourt Haddad – AMAERJ, Felipe Augusto de Magalhães Calvet – AMATRA IX, Gustavo Adolfo Plech Pereira – AMASE, Lívio Araújo Moura – AMEPA, Marcel Ferreira dos Santos – AMAPAR, Marcelo Pizolati – AMC, Mário José Esbalqueiro Júnior – AMAMSUL, Rosimere das Graças do Couto – AMAGIS

RELATÓRIO DE GESTÃO

BIÊNIO 2024 / 2026

2026

ANPT

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES E DAS PROCURADORAS DO TRABALHO

FEVEREIRO

24/02

A presidenta, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, participaram da abertura de reunião promovida pela Procuradoria-Geral do Trabalho com os procuradores-chefes e as procuradoras-chefas do Ministério Público do Trabalho de todo o país, realizada em Brasília. O encontro reuniu representantes das regionais para debater temas estratégicos para a instituição, entre eles a gestão orçamentária e a gestão financeira do MPT, além de outros assuntos relevantes para o fortalecimento da atuação institucional.



23/02

A ANPT participou na solenidade de posse de oito conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), realizada na sede do órgão, em Brasília. Representaram a entidade a presidenta, Adriana Augusta de Moura Souza, o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, e a diretora de Comunicação, Helena Fernandes Barroso Marques. A cerimônia foi conduzida pelo presidente do CNMP, Paulo Gonet. Entre os empossados esteve o subprocurador-geral do Trabalho José de Lima Ramos Pereira, que passou a integrar o colegiado como representante do Ministério Público do Trabalho para o biênio 2026-2028.



**25/02**

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, participaram da solenidade de posse da diretoria da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), realizada do Tribunal de Contas da União (TCU). Na ocasião, Edilson Silva foi reconduzido à presidência da Atricon para o biênio 2026-2027.

**25/02**

A ANPT participou de reunião ordinária da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp). O evento teve como objetivo debater temas corporativos de interesse comum entre as entidades e, ainda, homenagear os conselheiros que concluíram seus mandatos no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

MARÇO**5/03**

A ANPT participou de reunião com entidades representativas dos ramos do Ministério Público da União para discutir a Reclamação 88.319/SP e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.606, processos em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF). A entidade foi representada pela presidenta, Adriana Augusta de Moura Souza. Durante o encontro, os representantes associativos debateram estratégias conjuntas relacionadas aos temas em análise no STF, com o objetivo de alinhar posicionamentos institucionais sobre as matérias.



10/03

O vice-presidente da ANPT, Marcelo Crisanto Souto Maior, participou da 150ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNCGMPEU). O evento, realizado na sede da Procuradoria-Geral do Trabalho (PGT), em Brasília, reuniu corregedores-gerais do MP de todo o país.



11/03

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, participaram da solenidade de posse da Diretoria, do Conselho Fiscal e das Diretorias Regionais da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) para o biênio 2026–2028. Na ocasião, Tarcísio José Sousa Bonfim foi reconduzido à presidência da CONAMP para mais um mandato à frente da associação, que representa nacionalmente os membros e as membras do Ministério Público brasileiro.



12/03

A presidenta da ANPT participou, em Brasília, da reunião de adesão ao Pacto Nacional de Combate ao Femicídio, marcada pelo lançamento do “Manifesto de Apoio ao Pacto Nacional contra o Femicídio firmado pelos três Poderes”. A iniciativa foi promovida pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) e reuniu integrantes do Ministério Público de diversos estados, além de representantes do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público Militar, evidenciando a mobilização nacional das instituições no enfrentamento à violência contra a mulher. Representantes da Secretaria da Mulher, vinculada ao Ministério das Mulheres do Governo Federal também participaram do encontro.



NOTA PÚBLICA

PEC nº 3/2024

Proposta compromete a independência do **Ministério Público e da Magistratura**

18/03

A ANPT divulgou nota pública em que expressou preocupação com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3/2024, em tramitação no Senado Federal, que propõe alterações significativas nos artigos 42, 93, 128 e 142 da Constituição Federal. A entidade alerta que as alterações previstas podem comprometer garantias constitucionais essenciais à atuação independente do Ministério Público e da Magistratura, com possíveis impactos para a democracia e o Estado de Direito.



18/03

A participou de reunião extraordinária da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), que reuniu representantes de diversas instituições para discutir estratégias de atuação diante dos desdobramentos do Tema 1389 no âmbito do Supremo Tribunal Federal. A entidade foi representada pela diretora de Relações Institucionais, Juliana de Oliveira Gois. A pauta central do encontro foi a análise dos impactos do Tema 1389 sobre o enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo e a definição de possíveis encaminhamentos institucionais por parte da Conatrae.



18/03

A presidenta, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, participaram de reunião com o conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Alexandre Magno Benites de Lacerda. Em pauta, proposições em análise no órgão que impactam a atuação de membros e membras do Ministério Público. Durante o encontro, foram debatidos temas como os relacionados à obrigatoriedade de presença física nas unidades de lotação, a análise de iniciativas voltadas à regulamentação de condições especiais de trabalho para gestantes, lactantes e pais e mães de filhos com doença grave.

25/03

A presidente da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, participou de sessão solene realizada no Congresso Nacional em homenagem aos 10 anos da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (Anafe). A cerimônia reuniu autoridades, representantes de entidades jurídicas e membros da advocacia pública para marcar a trajetória da associação.

**27/03**

A diretora cultural e de assuntos científicos da Escola da ANPT, Cláudia Honório, participou da primeira reunião de 2026 dos Diálogos Interescolares de Estudos Jurídicos (DIEEJ), coletivo que reúne as principais escolas de formação jurídica e social do Paraná. O encontro teve por finalidade debater e definir os objetivos do projeto para este ano, bem como fortalecer a divulgação das instituições e a parceria entre as escolas jurídicas.

**ABRIL****7/04**

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal realizou audiência pública para discutir a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3 de 2024, que propõe vedar a aposentadoria compulsória como punição disciplinar. A iniciativa foi apresentada quando o atual ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino, ainda exercia o mandato de senador. O debate reuniu representantes de diversas instituições do sistema de Justiça, além de entidades de classe da magistratura e do Ministério Público. A ANPT acompanhou a audiência por meio de seu vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior.





8/04

A diretora de comunicação da ANPT, Helena Fernandes, representou a entidade em reunião institucional realizada com o procurador-geral da República, Paulo Gonet Branco, o vice-procurador-geral, Hindemburgo Chateaubriand, e o secretário-geral adjunto do Ministério Público da União (MPU), Paulo Santiago. O encontro foi dedicado à análise dos impactos da recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Resolução Conjunta nº 14/2026 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) sobre o regime remuneratório das carreiras.

NOTA PÚBLICA

Editorial “Judiciário insaciável” do jornal O Estado de São Paulo apresenta uma **narrativa distorcida e sensacionalista**

14/04

A Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT) divulgou nota pública em que expressa seu repúdio sobre o Editorial “Judiciário insaciável” do jornal O Estado de São Paulo que apresenta uma narrativa distorcida e sensacionalista a respeito do trabalho e comprometimento da magistratura e do Ministério Público.



14/04

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) participou da audiência pública “Impactos sociais e trabalhistas da pejetização”, promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes), da Câmara dos Deputados. O evento teve o objetivo de analisar as consequências econômicas, jurídicas e sociais da contratação de trabalhadores por meio de pessoa jurídica (PJ). A ANPT foi representada pela diretora de comunicação, Helena Marques, por meio de videoconferência.

16 a 19/04

Em um momento de transformações profundas no mundo do trabalho, a Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT) realizou, em São Paulo, o XXIX Congresso Nacional de Procuradores e Procuradoras do Trabalho. Com o tema “Democracia, inovação e bem-estar laboral”, o encontro propôs uma imersão nos desafios contemporâneos que impactam as relações de trabalho e o papel das instituições na proteção de direitos.

Exclusivo para associados e associadas, o evento reuniu uma programação que articulou reflexão crítica, atualização técnica e troca de experiências, conectando temas estruturais da democracia com as novas dinâmicas tecnológicas e os impactos na saúde e nas condições de trabalho.



16/04

A entrega do 26º Prêmio Evaristo de Moraes Filho marcou um dos momentos mais simbólicos da solenidade de abertura do XXIX Congresso Nacional de Procuradores e Procuradoras do Trabalho, reafirmando o compromisso da categoria com a produção jurídica de excelência e a promoção da justiça social. A premiação contemplou trabalhos nas categorias de melhor arrazoado e produção doutrinária, avaliados por comissões formadas por membros(as) do Ministério Público do Trabalho (MPT) designados(as) pela presidência da entidade.



28/04

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para discutir os impactos fiscais, orçamentários, sociais e trabalhistas da pejetização. O debate ocorre no contexto do julgamento do Tema 1.389 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que trata da repercussão geral sobre a contratação de serviços por meio de pessoas jurídicas (PJs). A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, participou do evento e defendeu, entre outras questões, a centralidade do artigo 7º da Constituição Federal como ponto nevrálgico da questão.



29/04

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Crisanto Souto Maior, participaram da solenidade de abertura do IV Congresso Internacional do Ministério Público do Brasil. Promovido pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), o evento aconteceu na sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

O tema desta edição é “O Desafio do Enfrentamento Transnacional de Crimes Ambientais e da Criminalidade Organizada”. O congresso tem como objetivo promover debates entre representantes de países da América Latina, fomentando novas estratégias de atuação e fortalecimento entre diferentes sistemas jurídicos.

MAIO**1º/05**

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Souza, participou do painel “Crise climática e Poder Judiciário”, realizado no 22º Congresso Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat). Em sua exposição, a dirigente enfatizou os efeitos diretos das mudanças climáticas sobre o meio ambiente do trabalho e a necessidade de respostas institucionais articuladas para a proteção da saúde e da vida dos trabalhadores.

O painel contou também com a participação do conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Guilherme Feliciano, do presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4), desembargador Alexandre Corrêa da Cruz, da juíza federal Rafaela Santos Martins da Rosa e do ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Cláudio Brandão. A coordenação foi do ministro do TST Alberto Bastos Balazeiro.

4/05

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, e a diretora de comunicação, Helena Fernandes, participaram da Sessão Especial do Senado Federal em Homenagem ao Dia do Trabalhador e da Trabalhadora. A cerimônia reuniu parlamentares e representantes do Ministério Público para discutir o cenário atual e o futuro das jornadas de trabalho no Brasil.



5/05

A chapa União e Trabalho, liderada pela procuradora Regional do Trabalho Adriana Augusta de Moura Souza e pelo procurador do Trabalho Marcelo Cristiano Souto Maior, foi eleita, pelos associados e associadas da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), para dirigir a entidade no biênio 2026/2028. A diretoria recebeu 532 votos válidos, que correspondem a 91,7% dos depositados.



4/05

A presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, e o vice-presidente, Marcelo Souto Maior, participaram do seminário “Diálogos com o MPT: Sindicatos, Democracia e Assédio Eleitoral”. O encontro aconteceu na sede do Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal e no Tocantins (MPT-DF/TO). A iniciativa marcou o início de uma série de encontros promovidos pela Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social (Conalis), como parte das ações da campanha 'Maio Lilás'.



RELATÓRIO DE GESTÃO

BIÊNIO 2024 / 2026

Jurídico



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES E DAS PROCURADORAS DO TRABALHO

Jurídico

PERÍODO: 2024

MANIFESTAÇÕES CNMP

PROPOSIÇÃO Nº1000592/2024-71 - Regulamenta a Política de Estímulo à Lotação e à Permanência de membros do Ministério Público em comarcas ou ofícios de difícil provimento.

[Clique para ver o documento](#)

RECOMENDAÇÃO Nº 1.01015/2024-15 - Dispõe sobre o Programa de Preparação à aposentadoria dos membros do Ministério Público da União e dos Estados.

[Clique para ver o documento](#)

RECOMENDAÇÃO Nº 1.01312/2024-60 – Trata do fortalecimento da cooperação entre o Ministério Público e os Conselhos Tutelares.

[Clique para ver o documento](#)

MANIFESTAÇÕES CSMPT

PGEA N. 20.02.0100.0003040/2023-49 - Disciplina o curso para ingresso, formação inicial e vitaliciamento dos(as) Membros(as) do Ministério Público do Trabalho.

[Clique para ver o documento](#)

PGEA N. 20.02.0001.0003421/2024-71 - Dispõe sobre a instauração e a tramitação da Notícia de Fato, do Procedimento Preparatório, do Inquérito Civil e de outros instrumentos de atuação finalística do Ministério Público do Trabalho.

[Clique para ver o documento](#)

REQUERIMENTOS PGT

VENDE DE FÉRIAS – PRORROGAÇÃO DE PRAZO

[Clique para ver o documento](#)

PAGAMENTO RETROATIVO DE AJUDA DE CUSTO POR REMOÇÃO A PEDIDO AOS MEMBROS REMOVIDOS ENTRE 2017 E 2023. REPRISTINAÇÃO DOS EFEITOS DA PORTARIA PGR 921/2013.

[Clique para ver o documento](#)

QUINTOS. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. DIREITO À REIN-CORPORAÇÃO DA VPNI (QUINTOS) ATÉ JULGAMENTO FINAL DA ADI 3834/STF

[Clique para ver o documento](#)

ABONO DE PERMANÊNCIA. Direito reconhecido pelo artigo 3º, § 3º, da EC 103/2019, pelos requisitos de transição das ECs 41 e 47.

[Clique para ver o documento](#)

REQUERIMENTOS PGR

ESTUDO COMPARATIVO DE BENEFÍCIOS PAGOS AOS APOSENTADOS POR ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES DOS TRÊS PODERES DA REPÚBLICA, MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS E TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. EXTENSÃO AOS APOSENTADOS DO MPU

[Clique para ver o documento](#)

QUINTOS – REINCORPORAÇÃO PARA APOSENTADOS ANTES DA EC 19/98.

[Clique para ver o documento](#)

QUINTOS – TEMA 445 - REGISTRO E REVISÃO DE APOSENTADORIAS. - PRAZO DE 5 ANOS.



[Clique para ver o documento](#)

QUINTOS – MODULAÇÃO – ADI 3834 – AÇÃO POPULAR 95946-3



[Clique para ver o documento](#)

ACÚMULO DE ACERVO – RETROATIVIDADE – EXTENSÃO AOS MEMBROS DO MPT DO QUINTO CONSTITUCIONAL



[Clique para ver o documento](#)

REQUERIMENTOS CONJUNTOS (PGR)

MEMBROS DO MPU. SIMETRIA. PAGAMENTO DE PENDÊNCIAS. PAE - PARCELA AUTÔNOMA DE EQUIVALÊNCIA.



[Clique para ver o documento](#)

PERÍODO: 2025

MANIFESTAÇÕES CNMP

PROPOSIÇÃO Nº 1.00668/2025-95 - DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO E PAGAMENTO, EM SEDE ADMINISTRATIVA, DE NOVOS DIREITOS E VANTAGENS COM EFEITO RETROATIVO PELOS RAMOS E UNIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO.



[Clique para ver o documento](#)

PROPOSIÇÃO Nº 1.00959/2025-00 – VISA UNIFORMIZAR DA JURISPRUDÊNCIA E DE REMESSA OBRIGATÓRIA DE ARQUIVAMENTOS QUE CONTRARIEM PRECEDENTES VINCULANTES E ENTENDIMENTOS DAS INSTÂNCIAS REVISORAS



[Clique para ver o documento](#)

PROPOSIÇÃO Nº 1.01113/2025-33 – DISCIPLINA SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE RESIDÊNCIA DE MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA COMARCA OU NA LOCALIDADE ONDE HÁ O EXERCÍCIO DA TITULARIDADE DO CARGO, REGULAMENTA O EXERCÍCIO PRESENCIAL DAS FUNÇÕES MINISTERIAIS E ADMINISTRATIVAS, ESTABE-

LECE CRITÉRIOS EXCEPCIONAIS PARA AUTORIZAÇÃO DIVERSA E REVOGA A RESOLUÇÃO CNMP N. 26, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2007.



[Clique para ver o documento](#)

PROPOSTA DE PROVIMENTO SEI 19.00.3000.0005941/2025-44 - DISPÕE SOBRE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, CONSISTENTE EM REGISTROS DE CONEXÃO, DE ACESSO A APLICAÇÕES E DE LOCALIZAÇÃO, PARA FINS CORREICIONAIS E DISCIPLINARES.



[Clique para ver o documento](#)

PROPOSIÇÃO Nº 1.01326/2025-10 - DISPÕE SOBRE O CURRÍCULO MÍNIMO UNIFICADO PARA A FORMAÇÃO INICIAL DE MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



[Clique para ver o documento](#)

MANIFESTAÇÕES CSMP

PGEA N. 20.02.0001.0004025/2025-56 - DISPÕE SOBRE AS COORDENADORIAS NACIONAIS TEMÁTICAS NACIONAIS E A ATUAÇÃO ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO



[Clique para ver o documento](#)

REQUERIMENTOS PGT

PARCELA AUTÔNOMA DE EQUIVALÊNCIA – PAE – PAGAMENTO MENSAL PARA INATIVOS E PENSIONISTAS – DIMINIUIÇÃO GRADUAL DO PASSIVO



[Clique para ver o documento](#)

PROVA DE VIDA. PORTARIA PGT Nº 1129/2022. ALTERAÇÃO PARA POSSIBILITAR O RECADASTRAMENTO ANUAL POR MEIOS TECNOLÓGICOS.



[Clique para ver o documento](#)

ABONO DE FÉRIAS – ALTERAÇÃO NA FORMA DE PAGAMENTO – SUSPENSÃO DE ATO – RESTABELECIMENTO DA SISTEMÁTICA ANTERIOR.



[Clique para ver o documento](#)

REITERAÇÃO DE PEDIDO DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO CSMPT Nº 222/2024, NO QUE CONCERNE ÀS REGRAS SOBRE DOS PLANTÕES.



[Clique para ver o documento](#)

LICENÇA-PRÊMIO – CONVERSÃO EM PECÚNIA – CUMPRIMENTO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA DA VICE-PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA – INCLUSÃO DE RUBRICAS NA BASE DE CÁLCULO



[Clique para ver o documento](#)

LICENÇA COMPENSATÓRIA/ACÚMULO DE ACERVO RECONHECIMENTO DE DIREITO RETROATIVIDADE A 2015 LEVANTAMENTO DE DADOS E CÁLCULOS DEVIDOS



[Clique para ver o documento](#)

ABONO DE PERMANÊNCIA – INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DO TERÇO DE FÉRIAS E DA GRATIFICAÇÃO NATALINA – CUMPRIMENTO DA ORIENTAÇÃO ADMINISTRATIVA DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA.



[Clique para ver o documento](#)

REQUERIMENTOS PGR

REQUERIMENTO COMPLEMENTAR AO PGR - QUINTOS - APÓS EDs NA ADI 3834



[Clique para ver o documento](#)

REQUERIMENTOS CONJUNTOS (PGR)

ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO – ATS – RECONHECIMENTO DO DIREITO AO RETROATIVO E AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO – DECISÕES DO CNJ E STM – INEXISTÊNCIA DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. SIMETRIA ENTRE MAGISTRADOS FEDERAIS E MEMBROS DO MPU



[Clique para ver o documento](#)

ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO – ATS – RECONHECIMENTO DO DIREITO AO RETROATIVO E AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO



[Clique para ver o documento](#)

ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS. INCLUSÃO DO ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS – RECONSIDERAÇÃO



[Clique para ver o documento](#)

ABONO DE PERMANÊNCIA - APLICAÇÃO DA TESE DO STJ - TEMA 1233



[Clique para ver o documento](#)

ATS - COMPILADO DE REQUERIMENTOS ANTERIORES



[Clique para ver o documento](#)

REQUERIMENTO CONJUNTO AO PGR - ALTERAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO - ACERVO - SIMETRIA CNJ



[Clique para ver o documento](#)

PERÍODO: 2026

MANIFESTAÇÕES CNMP

PROPOSIÇÃO Nº 1.00069/2026-16 - PROPOSTA DE RESOLUÇÃO. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO EM PROBLEMAS, LITÍGIOS E PROCESSOS ESTRUTURAIS, NO ÂMBITO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL



[Clique para ver o documento](#)

PROPOSIÇÃO Nº 1.00077/2026-53 – PROPOSTA DE RESOLUÇÃO ABSTENÇÃO DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS CELEBRADOS ENTRE ADVOGADOS E SEUS CLIENTES, EXCETO NAS HIPÓTESES QUE ENVOLVEM INTERESSES DE INCAPAZES OU RELEVANTES INTERESSES PÚBLICOS OU SOCIAIS.



[Clique para ver o documento](#)

PROPOSIÇÃO Nº 1.00150/2026-14 INCLUI O ART. 9º-B, A FIM DE DISCIPLINAR A OITIVA DOS INVESTIGADOS E A TENTATIVA DE AUTOCOMPOSIÇÃO, QUANDO NÃO HOUVER PREJUÍZO ÀS INVESTIGAÇÕES OU À EFETIVIDADE DA TUTELA COLETIVA.



[Clique para ver o documento](#)

REQUERIMENTOS PGT

APLICAÇÃO, NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, DA DECISÃO ADMINISTRATIVA DO VICE-PGR SOBRE A SISTEMÁTICA DE CÁLCULO DO ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS.



[Clique para ver o documento](#)

ACÚMULO DE ACERVO – PAGAMENTO DE RETROATIVOS A PARTIR DE JANEIRO/2023 - EXTENSÃO AOS MEMBROS DO MPT QUE ASSUMIRAM VAGA DE DESEMBARGADOR EM TRT PELO QUINTO CONSTITUCIONAL E AOS APOSENTADOS



[Clique para ver o documento](#)

PAGAMENTO DE PASSIVOS A PENSIONISTAS – PARCELA AUTÔNOMA DE EQUIVALÊNCIA (PAE) – JUROS – PEN-DÊNCIAS



[Clique para ver o documento](#)

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE PAGAMENTO A PENSIONISTAS – DIFERENÇAS DE JUROS DA PAE E ABONO VARIÁVEL



[Clique para ver o documento](#)

PAGAMENTO DE PAE – PARCELA AUTÔNOMA DE EQUIVALÊNCIA DE FEVEREIRO/1999 – ISONOMIA AOS MEMBROS APOSENTADOS.



[Clique para ver o documento](#)

PAGAMENTO DE VERBAS DE NATUREZA RETROATI-VA – RECOMENDAÇÃO CNMP Nº 122/2026 – OFÍCIO ASSOCIAÇÕES DE CLASSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - MPU.



[Clique para ver o documento](#)

INCLUSÃO DE DIFERENÇAS DEFERIDAS PELA PGR NOS CÁLCULOS DOS RETROATIVOS



[Clique para ver o documento](#)

PARCELA INDENIZATÓRIA DE VALORIZAÇÃO POR TEM-PO DE ANTIGUIDADE NA CARREIRA (PVATC) – TRATA-MENTO EXCEPCIONAL ÀS PENSIONISTAS.



[Clique para ver o documento](#)

SUGESTÕES DE CRIAÇÃO DE OFÍCIOS ESPECIAIS NO MPT - APÓS DECISÃO DO STF



[Clique para ver o documento](#)

RECONHECIMENTO DO TEMPO DE ATIVIDADE JURÍDICA NO MPT - ASSOCIADAS(OS) PENSIONISTAS



[Clique para ver o documento](#)

REQUERIMENTOS CONJUNTOS (PGR)

REITERAÇÃO - ABONO DE FÉRIAS - TERÇO CONSTITU-CIONAL



[Clique para ver o documento](#)

PAGAMENTO DE VERBAS DE NATUREZA RETROATIVA – RECOMENDAÇÃO CNMP Nº 122/2026



[Clique para ver o documento](#)



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES E DAS PROCURADORAS DO TRABALHO

SBS Quadra 2 Bloco "S" Ed. Empire Center
Salas 1103 a 1108 11º andar
Brasília/DF CEP: 70070-904

61.3325.7570
anpt@anpt.org.br